



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

[MARIA FILOMENA SILVA DOS REIS]

**[O tema da transexualidade na lecionação da
unidade letiva sobre o Amor Humano do 8º
ano de escolaridade]**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof. Doutor [Vítor Manuel Leitão Coutinho]**

[Porto]
[2012]

**O TEMA DA TRANSEXUALIDADE NA LECIONAÇÃO
DA
UNIDADE LETIVA SOBRE O AMOR HUMANO**

Índice

Siglas e abreviaturas	6
Introdução	7
PRIMEIRO CAPÍTULO	10
ENQUADRAMENTO DA UNIDADE LETIVA SOBRE O AMOR HUMANO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA	10
1. Especificidade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica	11
1.1. Cultura e Visão Cristã	14
1.2. Ética e Moral	15
1.3. Religião e Experiência Religiosa	15
1.4. Cultura Bíblica	16
1.5. Património e Arte Cristã	16
2. A Educação Moral e Religiosa Católica e a Catequese	17
3. Educação Moral e Religiosa Católica e educação sexual na escola.....	19
4. O despertar da sexualidade e do amor	23
5. O amor humano e a sexualidade	26
6. Apresentação da Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”	28
6.1. Competências Específicas	29

6.2. Os conteúdos apresentados pelo Programa da disciplina.....	29
6.2.1. O amor e a fecundidade humana	29
6.2.2. Planeamento familiar	30
6.2.3. A perspetiva ética da Igreja	30
6.2.4. A fecundidade como bênção de Deus	30
6.2.5. Ser responsável	31
6.3. Conteúdos apresentados pelo Manual do Professor e do Aluno	31
SEGUNDO CAPÍTULO.....	33
OS DESAFIOS ÉTICOS DA TRANSEXUALIDADE.....	33
1. Identidade pessoal e sexualidade	34
2. Identidade sexual e identidade de género	37
3. A evolução biológica da sexualidade e alguns desvios sexuais	40
4. O género atribuído e o género vivido	43
5. A transexualidade e a sua etiologia.....	44
6. O tratamento e as condições para a mudança de sexo.....	52
7. Implicações éticas.....	54
TERCEIRO CAPÍTULO	61
ANÁLISE CRÍTICA DA UNIDADE LETIVA SOBRE “O AMOR HUMANO” E PROPOSTA DIDÁTICA DA LECIONAÇÃO DO TEMA DA TRANSEXUALIDADE.....	61
1. Análise crítica das competências e da sua operacionalização	62
2. Observação crítica dos conteúdos apresentados pelo programa de Educação Moral Religiosa Católica e pelo manual do professor e do aluno.....	65
3. Proposta didática para a Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”.....	70
3.1. Competências a serem trabalhadas	70
3.2. Distribuição das competências, conceitos organizadores e conteúdos por domínios	72

4. Planificação do tema da transexualidade	76
4.1. Competências a serem trabalhadas	77
4.2. Planificação do tema da transexualidade.....	78
Conclusão.....	82
Bibliografia	86

Siglas e abreviaturas

EMRC – Educação Moral e Religiosa Católica

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

OMS – Organização Mundial de Saúde

comp. – competência

Introdução

Este trabalho, que se intitula “o tema da transexualidade na lecionação da Unidade Letiva sobre o Amor Humano”, foi realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas: Ensino de Educação Moral e Religiosa Católica no Ensino Básico e Secundário. É uma tentativa de sistematização e enquadramento da temática da transexualidade na lecionação da Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”, enquadrada ao nível do 8º ano de escolaridade.

Esta escolha, prendeu-se com o facto de no estágio de prática pedagógica ter sido dado grande relevo à temática do amor, por ser considerada como um dos conteúdos centrais do programa, por responder ao plano existencial dos adolescentes, indo ao encontro das suas necessidades a nível humano, psicológico, moral, ético e religioso, ajudando na hierarquização dos valores.

A adolescência, corresponde a uma faixa etária fortemente marcada pelas transformações físicas, psicológicas e espirituais e requer uma atenção especial

por parte dos educadores, no que diz respeito à gestão dos conflitos internos e externos que surgem nesta etapa da vida.

É uma fase assinalada pelo despertar da sexualidade, pela descoberta da orientação sexual, interesse pelo sexo oposto ou pelo mesmo sexo, experiências e relações de amizade profundas, namoro e em muitos casos, o início da atividade sexual.

A transexualidade não aparece explicitamente como conteúdo no programa de educação moral e religiosa católica, mas é referido no manual do professor e do aluno. Os adolescentes, portadores deste transtorno de identidade de género, confrontados com a realidade do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, poderão viver um conflito interno superior ao dos adolescentes que desenvolvem uma sexualidade dentro dos parâmetros habituais.

Este tema é pertinente para o professor de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), no sentido de obter competências na abordagem desta situação e no acompanhamento destes casos, em âmbito escolar de forma personalizada e em contexto de sala de aula.

Esquemáticamente, o trabalho contém três capítulos, o primeiro faz uma abordagem da especificidade da disciplina de EMRC, no sentido de distinguir as suas grandes finalidades no contexto escolar, na formação integral e moral das crianças, adolescentes e jovens e o enquadramento da Unidade Letiva sobre “O Amor Humano” no Programa de EMRC. O segundo capítulo faz uma abordagem da temática da transexualidade e da identidade pessoal, partindo da configuração sexual no desenvolvimento da identidade própria e de género, as disfunções existentes ligadas à evolução biológica da pessoa, uma explicação

sobre a etiologia da disforia de género e a finalizar apresenta as questões éticas ligadas a esta anomalia e ao seu tratamento. O terceiro capítulo parte de uma análise crítica da Unidade Letiva sobre “O Amor Humano” e faz uma proposta didática alternativa, introduzindo o tema da transexualidade.

Metodologicamente este trabalho foi realizado a partir da investigação bibliográfica, reflexão pessoal baseada nos conteúdos lecionados ao longo deste mestrado e na experiência da prática pedagógica a nível do ensino secundário e do segundo e terceiro ciclos de escolaridade.

PRIMEIRO CAPÍTULO

ENQUADRAMENTO DA UNIDADE LETIVA

SOBRE O AMOR HUMANO

NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

1. Especificidade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

A disciplina de EMRC, embora sendo de oferta obrigatória é de frequência facultativa. Faz parte do currículo escolar e contribui, de uma forma positiva e harmoniosa, para o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens e para o progresso da sociedade. A dimensão religiosa é um fator insubstituível para o crescimento da pessoa em humanidade e em liberdade, porque ajuda a amadurecer as interrogações sobre o sentido da vida. Sem o conhecimento do fenómeno religioso, dificilmente as pessoas compreenderão a realidade social e cultural que os envolve, sobretudo num país fortemente marcado por sinais cristãos.

O núcleo central desta disciplina orienta-se para a formação de personalidades ricas em interioridade, dotadas de força moral e abertas aos valores da justiça, da solidariedade e da paz, capazes de usar corretamente a própria liberdade. Possui um papel importante na hierarquização dos valores, na abertura ao transcendente e à religiosidade. É oferecida a todos os alunos independentemente das suas crenças ou opções religiosas.

A transmissão cultural subjacente à mensagem moral cristã incluirá, antes de mais, os acontecimentos fundantes, o discernimento e a conceção cristã da relação entre a lei e a liberdade, entre as normas objetivas e a consciência subjetiva, entre natureza e a história, entre opções particulares, consciência subjetiva e escolhas fundamentais da vida moral.

A Conferência Episcopal Portuguesa no documento sobre a Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade, aponta as seguintes finalidades para a disciplina:

«aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular; conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos; estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé; adquirir uma visão cristã da vida; entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso; adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social; apreender o fundamento religioso da moral cristã; formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé; estruturar as perguntas e encontrar respostas às dúvidas sobre o sentido da realidade; aprender e posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência»¹.

O acontecimento cristão deve ser apresentado com a mesma seriedade e com a mesma sistematização exigida às outras disciplinas e aos seus saberes específicos². A EMRC é uma disciplina de âmbito moral e religioso a partir da perspetiva da Igreja Católica, mas aberta ao diálogo com as outras confissões religiosas e éticas, presentes na sociedade atual, com características pluriculturais e plurirreligiosas. Outro aspeto relevante é o facto de se realizar

¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, SNEC, Lisboa, 2006: n° 10.

² Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica*: n° 11

num contexto escolar e promover a formação integral dos alunos. Não tem como finalidade interpretar os factos a partir do ponto de vista científico, mas ajuda a fazer uma leitura dos acontecimentos do ponto de vista ético e moral, onde o agir humano deverá ser livre e responsável.

A orientação ética assumida pelo ensino da religião nas escolas é aquela que direcionada para os valores na dimensão antropológica, faz uma referência à transcendência, enquadrando-os numa visão religiosa da vida. No entanto, é preciso ter em conta que a ética cristã e a ética humanista tocam-se através dos valores da justiça, da liberdade, da verdade, da honestidade, da solidariedade, o que constitui um grande interesse para os alunos das diferentes sensibilidades a nível religioso e cultural³.

Sendo uma disciplina com especificidade própria de cariz humano, religioso e ético, grande parte dos seus conteúdos podem ser lecionados em interdisciplinaridade com outros saberes, sobretudo com as temáticas que se referem à origem do mundo, ao sentido da história, ao fundamento dos valores éticos, à função da religião na cultura, ao destino do homem, à relação com a natureza⁴, aos domínios científicos, artísticos, culturais e filosóficos e ainda à «*educação para a cidadania, à valorização da componente humana do trabalho, à promoção da língua portuguesa e das tecnologias de informação e comunicação*»⁵. A sua abrangência atinge a totalidade do agir humano, tendo em conta a dimensão religiosa, a experiência humana, ou seja os comportamentos ao longo da vida, e a sua dimensão ética e moral⁶.

³ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007: 19.

⁴ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Diretório Geral da Catequese*, SNEC, Lisboa, 1998: nº 73.

⁵ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 22-23.

⁶ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 20-21.

Na concretização do objeto da disciplina, e para dar resposta às dez finalidades propostas pela Conferência Episcopal Portuguesa⁷, o programa propôs vinte e seis competências que serão trabalhadas ao longo dos anos de escolaridade de uma maneira progressiva e gradual. Estas competências estão divididas em cinco domínios (cultura e visão cristã; ética e moral; religião e experiência religiosa, cultura bíblica e património e arte cristã).

1.1. Cultura e Visão Cristã

Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (comp.1); questionar-se sobre o sentido da realidade (comp. 2); equacionar respostas à questão do sentido da realidade, a partir da visão cristã do mundo (comp. 3); organizar uma visão coerente do mundo (comp. 4); interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspetivas religiosas ou a valores éticos (comp. 5); interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos (comp. 6); relacionar os dados das ciências com a interpretação cristã da realidade (comp. 7).⁸

⁷Cf. CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica*: nº 10.

⁸ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:29.

1.2. Ética e Moral

Relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações para o agir humano, propostos pela Igreja (comp. 8); organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 9); mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do cotidiano (comp. 10); propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã (comp. 11); relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo (comp. 12); reconhecer a relatividade das concepções pessoais, como simples aproximações à verdade (comp. 13).⁹

1.3. Religião e Experiência Religiosa

Identificar o núcleo central constitutivo da identidade do cristianismo, particularmente do Catolicismo (comp. 14); Identificar o núcleo central constitutivo das principais confissões religiosas (comp. 15); distinguir os elementos convergentes dos elementos divergentes das principais confissões religiosas, cristãs e não cristãs (comp. 16); assumir uma posição pessoal frente ao fenómeno religioso e à identidade das confissões religiosas (comp. 17); agir em conformidade com as posições assumidas em relação ao fenómeno religioso, no respeito pelos valores fundamentais do diálogo e da tolerância (comp. 18); promover, na sua prática de vida, o diálogo ecuménico como suporte essencial para a construção da paz entre os povos e da unidade do Cristianismo, mobilizando conhecimentos sobre a identidade de cada confissão religiosa cristã (comp. 19); promover, na sua prática de vida, o diálogo inter-religioso como suporte essencial para a construção da paz entre os povos, mobilizando conhecimentos sobre a identidade de cada confissão religiosa não cristã (comp. 20); interpretar textos sagrados fundamentais de religiões não cristãs, extraindo significados adequados e relevantes (comp. 21).¹⁰

⁹ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:29.

¹⁰ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:30.

1.4. Cultura Bíblica

Usar a Bíblia a partir do conhecimento da sua estrutura (comp. 22); interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes (comp. 23); reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana (comp. 24).¹¹

1.5. Património e Arte Cristã

Interpretar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local (comp. 25); apreciar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local (comp. 26)¹².

Perante as competências apresentadas pode-se afirmar que o programa possui um perfil confessional e catequético, onde prevalece uma preocupação pela transmissão da mensagem cristã e a pretensão de introduzir os alunos na inteligência de uma tradição religiosa particular. Seria de toda a conveniência que existissem algumas competências, especificamente relacionadas com as questões existenciais, éticas e morais dos destinatários, assim como temáticas da atualidade que interessam aos adolescentes e jovens¹³.

O professor, na abordagem dos temas, deve evitar o excessivo moralismo e cuidar uma apresentação equilibrada. A transmissão da mensagem cristã vai acompanhada da dimensão ética, que respeita a autonomia, os valores, as

¹¹ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:30.

¹² Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 29-30.

¹³ Cf. WILLAIME, J., “Escola pública e religiões na europa de hoje”, in *Communio* 23/4 (2006), 403-410: 406.

normas próprias de uma conduta moral e humana abrindo a pessoa à dimensão transcendental¹⁴.

2. A Educação Moral e Religiosa Católica e a Catequese

Partindo dos pressupostos enunciados, é de toda a conveniência distinguir o específico da EMRC e da catequese, visto que em alguns pontos se tocam produzindo alguma confusão, no momento de apresentar esta disciplina como escolar, sem pretender que seja uma alternativa à catequese paroquial. No entanto nunca se pode esquecer que entre ambas existe um nexo indestrutível e, simultaneamente, uma clara distinção¹⁵. As duas enquadram-se na missão evangelizadora da Igreja, no ministério da Palavra; no entanto a EMRC desenvolve-se em contexto escolar, cujos destinatários são alunos, que poderão ser de outra sensibilidade religiosa, outra cultura, com objetivos e finalidades diferentes. Perante esta situação é fundamental apresentar uma análise da questão de Deus e de Jesus Cristo, de maneira que dê sentido à vida, à história e ao mundo e promover uma aproximação e familiarização com as realidades da fé, com a mensagem cristã, no sentido de desenvolver uma atitude responsável, crítica e esclarecida, que conduza cada um dos alunos a fazer uma síntese fé-cultura, que os ajude a tomar decisões conscientes e livres ao longo da sua vida perante o fenómeno religioso.

A disciplina só pode atingir os seus objetivos no contexto da interdisciplinaridade, em diálogo com as ciências sociais e humanas, com as ciências exatas, com a teologia cristã e com a mundividência cultural e religiosa,

¹⁴ Cf. CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica*: nºs 1,6.

¹⁵ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Diretório Geral da Catequese*: nº 73.

através de um processo sistemático e estruturado de nível igual ao das outras disciplinas curriculares.

Os conteúdos contemplados e privilegiados no programa da disciplina dizem respeito ao núcleo do mistério cristão, considerado a partir das realizações históricas, das Escrituras, da Tradição, da reflexão teológica, da moral, da ética, da vida interna da Igreja e da sua relação com o mundo. Aborda-se ainda, a problemática da adolescência, do amor humano, do projeto de vida e as grandes questões éticas relacionadas com a dignidade da pessoa.

A catequese, exceto nalguns casos, desenvolve-se na comunidade cristã e é dirigida para crentes e simpatizantes. Tem como objetivo desenvolver a fé inicial, a sua maturação e compreensão; procura introduzir o catequizando na vida da comunidade cristã e na celebração litúrgica e pretende fazer discípulos de Jesus Cristo, atualizando a mensagem cristã para que esta seja assumida e vivida pessoalmente pelos seus destinatários ou seja, por cada crente.

Os conteúdos estão relacionados com o conhecimento da Palavra de Deus, com a Tradição da Igreja e faz uma referência especial ao credo, utilizando um processo educativo sistemático, inculturado para mais facilmente promover e formar cristãos conscientes da fé que professam. O desenvolvimento de uma atitude de conversão assegura a unidade e a autenticidade ao longo deste percurso, favorece e estimula a consolidação das atitudes cristãs, através do crescimento harmonioso das três componentes: cognitiva, afetiva e ativa.

As aulas de EMRC não podem substituir uma catequese sistemática e evangelizadora em que os destinatários são chamados a serem discípulos de Jesus Cristo, através de uma adesão progressiva à mensagem cristã.

A catequese não substitui as aulas de EMRC, já que esta última, no contexto escolar, procura iluminar as diferentes vertentes do saber, através de uma leitura cristã, que visa a totalidade da pessoa na sua dimensão, moral, ética, histórica, artística e patrimonial, em diálogo com outros saberes, outras culturas e outras religiões, enquadrado num projeto curricular de escola. Procura formar uma consciência crítica para que os alunos possam fazer opções, de maneira consciente e livre.

3. Educação Moral e Religiosa Católica e educação sexual na escola

Partindo de uma interpretação das competências do domínio ético e moral, propostas pelo programa da disciplina de EMRC, pode-se afirmar que uma das prioridades fundamentais é a dignidade da pessoa humana, o seu crescimento em todas as dimensões, não descurando a dimensão da sexualidade como força impulsionadora e configuradora do ser e do agir humano a nível pessoal, familiar e social.

Pretende-se desenvolver no aluno competências, para que o seu atuar esteja de acordo com uma bolsa de valores, pautada pelo sentido religioso e cristão, através do respeito, da liberdade, da dignidade, da compreensão, do amor, da aceitação do diferente, da tolerância, da solidariedade, da cooperação e sobretudo da verdade¹⁶. Por este facto, a EMRC não pode descuidar a temática da educação sexual como dimensão integrante e integradora da pessoa como ser sexuado, que a marca como homem ou como mulher não só do ponto de vista biológico, mas também a nível psicológico, afetivo e espiritual, ou seja na sua forma de comunicar, de expressar os afetos, de viver o amor, de se relacionar e de acolher a vida que brota da relação e do amor conjugal.

¹⁶ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 29-30.

Esta sexualidade, que caracteriza o homem e a mulher, tem como fim a complementaridade e responde ao plano de Deus a partir da vocação de cada um. Quando orientada para a procriação atinge a sua máxima expressão, no plano físico, na comunhão dos cônjuges, na doação plena de um ao outro. Esta, quando é elevada e integrada pelo amor torna-se verdadeiramente humana, preparada pela dimensão física e psíquica, desenvolve-se e realiza-se em sentido pleno na conquista da maturidade afetiva, que se manifesta numa entrega total e desinteressada, segundo a vocação e a missão de cada pessoa¹⁷.

A proposta de formação apresentada pela EMRC deverá ser concretizada no contexto do sistema educativo português, tendo em consideração o que é proposto por lei, no âmbito da educação sexual, cuja finalidade aponta para a valorização da afetividade e da sexualidade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa; o desenvolvimento das competências nos jovens que permitem escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade; a melhoria do relacionamento afetivo-sexual para a redução das consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como: a gravidez não desejada e as doenças sexualmente transmissíveis (DST); a capacidade de proteção face a todas as formas de exploração e de abuso sexual; o respeito pela diferença entre as pessoas e as diferentes orientações sexuais; a valorização de uma sexualidade responsável e informada; a promoção da igualdade entre os sexos; o reconhecimento da importância da participação no processo educativo dos encarregados de educação, dos alunos, dos professores e dos técnicos de saúde; a compreensão científica do funcionamento dos mecanismos biológicos e

¹⁷ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “Orientações educativas sobre o amor humano linhas gerais para uma educação sexual”, (1983) in AAVV *A família futuro da humanidade*, Rei dos Livros, Lisboa, 1994: n.ºs 4,5,6.

reprodutivos; a eliminação dos comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou da orientação sexual¹⁸.

A portaria 196-A/2010 vem regulamentar a lei nº 60/2009, de 6 de Agosto, “*que estabelece a educação sexual nos estabelecimentos do ensino básico e secundário e define as respetivas orientações curriculares adequadas para os diferentes níveis de ensino*”¹⁹. Sendo a educação sexual uma valência da educação para a saúde, visa o bem-estar físico, psicológico e social, cujos objetivos centrais dizem respeito à informação e à consciencialização de cada pessoa acerca da sua própria sanidade e aquisição de competências que habilitem para uma progressiva autorresponsabilização²⁰.

No que respeita ao 3º ciclo (7º ao 9º ano), deve visar os seguintes conteúdos: a dimensão ética da sexualidade humana; a compreensão da sexualidade como uma das componentes mais sensíveis da pessoa, no contexto de um projeto de vida que integre os valores do afeto, da ternura, do crescimento, da maturidade emocional, da capacidade de lidar com frustrações, dos compromissos e da abstinência voluntária.

Um outro aspeto importante diz respeito à compreensão da fisiologia geral e da reprodução humana ou seja à compreensão do ciclo menstrual e ovulatório, o uso e acessibilidade dos métodos contraceptivos e, sumariamente, os seus mecanismos de ação e tolerância ou seja os efeitos secundários, compreensão da epidemiologia das principais DST em Portugal e no mundo, incluindo a infeção por VIH (vírus da imunodeficiência humana) e pelo HPV2 (vírus do papiloma humano) e suas consequências, bem como os métodos de

¹⁸ Cf. Art. 2 da Lei 60 / 2009, de 6 de Agosto, in DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Serie, nº 151 (2009), 5097.

¹⁹ Art. 1 da Portaria 196-A/2010, de 9 de Abril, in DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Serie, nº 69 (2010), 1170-2.

²⁰ Cf. Art. 2 da Portaria 196-A/2010, de 9 de Abril, in DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Serie, nº 69 (2010), 1170-2.

prevenção. Saber como proteger o seu corpo, prevenindo a violência, o abuso físico, sexual e comportamentos de risco, dizendo não às pressões emocionais e sexuais, conhecimento das taxas e tendências de maternidade e da paternidade na adolescência e compreensão do respetivo significado, conhecimento das taxas e tendências das interrupções voluntárias de gravidez, suas sequelas e respetivo significado; compreensão da noção de parentalidade no quadro de uma saúde sexual e reprodutiva saudável e responsável. Prevenção dos maus tratos²¹.

Pode-se depreender do exposto anteriormente que o facto da lei da educação sexual ter sido introduzida na educação para a saúde, existe uma preocupação subjacente no que respeita ao funcionamento fisiológico, às doenças sexualmente transmissíveis, aos riscos da gravidez na adolescência, ao mesmo tempo que faz um apelo ao valor do compromisso, da abstinência, do projeto de vida e à prevenção dos maus tratos.

Esta abordagem, não diminui o papel nem a missão da EMRC, na apresentação da sexualidade como fazendo parte integrante da pessoa como um elemento fundamental na dimensão relacional e no amor humano. Tendo consciência que a escola não pode substituir a família neste âmbito, exerce uma assistência complementar a esta. Também não é sua incumbência entrar na explicação científica e médica, nas questões do desenvolvimento físico e nas consequências que advêm dos comportamentos de risco, mas compete-lhe enquadrar a sexualidade numa dimensão que determina o ser e o estar da pessoa humana, não só individualmente, mas também a nível social, o seu agir e o futuro de cada pessoa. Esta formação não pode limitar-se apenas à informação intelectual, mas deve dar particular atenção à educação da vontade, dos

²¹ Cf. Art. 3, quadro anexo, da Portaria 196-A, de 9 de Abril, in DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Serie – n.º 69 (2010), 1170-2.

sentimentos, das emoções, ao domínio dos impulsos, assim como aos valores do respeito próprio, da abertura ao outro através do diálogo interpessoal e da maturidade afetiva ²².

Um dos grandes desafios é o enquadramento desta temática a partir da dimensão da espiritualidade, como componente fundamental no desenvolvimento da personalidade, que vai determinar a escolha e a concretização da vocação a que cada pessoa está chamada, num projeto de vida a dois ou numa doação plena aos outros, através da vida consagrada, como resposta à missão que Deus tem para cada um²³.

4.O despertar da sexualidade e do amor

A adolescência é marcada por grandes transformações físicas, psicológicas, morais e sociais. É a fase da passagem de criança para adulto, assinalada pela maturação sexual, o despertar para o amor e por uma grande instabilidade emocional, afetiva e hormonal. Toda esta complexidade está na base dos desequilíbrios, das angústias, dos medos e dos sonhos que afetam a personalidade dos adolescentes e que por vezes se manifesta em comportamentos desajustados²⁴. A relação com os outros altera-se, o diálogo torna-se difícil, por vezes, assume atitudes de rebeldia e comportamentos bruscos.

É nesta faixa etária, que o adolescente descobre o sexo oposto a nível do plano vivencial e também no plano emocional. O adolescente vê o outro sexo

²² Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações educativas sobre o amor humano*: n.ºs 35, 69, 70.

²³ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *Orientações educativas sobre o amor humano*: n.ºs 4,5.

²⁴ Cf. TAVARES, J., ALARCÃO, I., *Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem*, Almedina, Coimbra, 1992: 41-42.

revestido de uma grande carga afetiva, com um significado diferente daquele que até então tinha para ele. Esta descoberta muitas vezes é acompanhada de uma “picardia”, com origem num falso conceito a nível da formação e informação sobre a sexualidade.

Geralmente, este despertar da sexualidade, é acompanhado por uma grande curiosidade no que diz respeito ao outro sexo, demonstrando por vezes sintomas de *voyeurismo*, mas também poderá apresentar uma certa inibição ou um certo receio em relação ao sexo oposto, como consequência da sua educação²⁵.

O convívio entre pares, nesta faixa etária, é de suma importância e oferece oportunidades únicas no processo de crescimento e desenvolvimento equilibrado da identidade pessoal. No entanto, não é de menosprezar o risco que advém desta necessidade de convivência, das relações entre iguais, da influência do grupo que pode ser positiva ou negativa dependendo dos meios de inserção²⁶.

Estas relações assumem diversos graus de profundidade, que podem ser mais ou menos superficiais, momentâneas com colegas, conhecidos, mas também poderão ser profundas e comprometedoras. Neste tipo de relacionamento último, destaca-se o companheirismo particular, que é valorizado por ambos e que se caracteriza pela escolha mútua e recíproca e na troca de afeto. Não é uma relação unilateral ou hierárquica onde existe subalternidade de um dos amigos, mas é uma relação entre iguais. Surge a tomada de consciência do “nós” e a capacidade de envolvimento íntimo com uma pessoa do mesmo sexo ou de sexo diferente.

²⁵ Cf. VIDAL, M., *Moral de atitudes II, ética de la persona*, PS – Editorial, Madrid, 1977: 236.

²⁶ Cf. SOARES, I., “O grupo de pares e amizade” in CAMPOS, B., *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens*, Universidade Aberta, Lisboa, 1990: 99-102.

«O amigo desempenha o papel de suporte do eu e, muitas vezes, funciona como um espelho que reenvia uma imagem que lhe dá segurança, fazendo aumentar a confiança em si próprio e favorecendo a coesão e a unidade de personalidade, que se procura através do outro»²⁷.

A amizade na adolescência é fundamental para o desenvolvimento da dimensão emocional, cognitiva e comportamental. É um desafio e um estímulo para o crescimento pessoal e interpessoal. Inicialmente, parte de uma tendência egocêntrica, sendo o amigo alguém, de quem o adolescente gosta e a quem procura agradar, conhece os seus desejos e ao mesmo tempo aquilo que o amigo não gosta nem aceita. Posteriormente, esta tendência egocêntrica progride para o entendimento das interações recíprocas e apercebe-se que a amizade constrói-se pela continuidade, através da resolução de conflitos.

Pode-se dizer que amizade é um processo de atração interpessoal, através do qual, o adolescente se sente inclinado a associar-se a outros, que o aceitam, que o apoiam emocionalmente ou que se identifiquem com as características da sua personalidade, capacidades, interesses e valores.

²⁷ SOARES, I., “O grupo de pares e amizade”: 114.

5. O amor humano e a sexualidade

Educar para o amor é contribuir para «*o desenvolvimento harmónico da personalidade humana*»²⁸, é formar a consciência para compreender, assumir e viver os valores do compromisso e da doação, abertura ao outro, o respeito e a liberdade. É saber que «*a sexualidade é uma componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano*»²⁹.

O amor como dimensão da sexualidade expressa-se através do relacionamento com os outros a partir do seu ser masculino ou feminino, é uma vivência que pertence à vida afetiva e que irradia para todos os componentes do património psicológico e afetivo, invadindo-os e orientando-os para uma atitude de aproximação e entrega, onde a vontade e o compromisso são os ingredientes fundamentais para uma relação duradoira e plena de felicidade. Tudo isto exige da pessoa, uma base sólida e madura, uma aceitação total da corporeidade, uma harmonia plena entre o ser e o estar, uma identificação completa como ser humano sexuado e vocacionado para a relação. Não é um estado sentimental, mas sim um ato da vontade, de onde brotam as principais decisões, que colocam ordem à vida humana, que deve ser construída por cada pessoa³⁰.

A resposta ao desejo de felicidade de cada ser humano encontra-se na capacidade de amar. Dotado de razão tem capacidade para compreender as coisas, pela vontade é capaz de orientar as suas escolhas para o bem ou para o mal. A inteligência e a vontade tornam o homem e a mulher em seres livres, capazes de escolher, segundo as suas preferências. Pelos seus atos deliberados, a

²⁸ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “Orientações educativas sobre o amor humano”: nº 1.

²⁹ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “Orientações educativas sobre o amor humano”: nº 4.

³⁰ Cf. ROJAS, E., *Uma teoria da felicidade*, Tenacitas, Coimbra, 2005: 73-74.

pessoa humana conforma-se, ou não, com o bem prometido por Deus e testado pela consciência moral³¹. A pessoa é a responsável pela construção da sua felicidade e esta só é possível através das relações interpessoais, porque a existência humana não é isolada e a vida só ganha sentido quando existe abertura ao outro.

É neste contexto que a sexualidade humana encontra a sua mais profunda realização. A sexualidade como dinâmica para a diferença, como abertura primordial à descoberta, ao respeito e à atenção ao outro, a relação de alteridade, só pode ser vivida a partir do amor³².

Pelo amor a vida ganha sentido, a pessoa renasce para uma vida nova. Um dos ingredientes fundamentais na harmonização da pessoa é a doação gratuita ao outro. O amor é uma tendência centrífuga que vai de dentro para fora, no entanto, é fundamental a estimulação exterior para desencadear este movimento. Amar é sair de si, é partilhar. Ser amado é ser tratado como uma pessoa especial, realçando os aspetos positivos que existem nessa pessoa. Através da eleição amorosa a pessoa dá-se a conhecer, define os seus gostos, as suas ideias, a sua estética. O amor situa-se no campo da vida afetiva. É um sentimento, mas é também uma opção volitiva, um compromisso, que se pode corrigir, aumentar e aperfeiçoar.

Esta atitude requer empenho das diferentes partes para partilhar o mesmo projeto, superar obstáculos, dificuldades, apoiados num compromisso

³¹ Cf. CARVALHO, C., *Guia de educação da sexualidade*, SNEC, Lisboa, 2008: 99.

³² Cf. ALMEIDA, C., TEIXEIRA, C., “Do eros ao ágape: O amor como vivência máxima da sexualidade” in AAVV, *Sexualidade e educação para a felicidade*, Publicações Faculdade de Filosofia, UCP, Braga 2010: 89.

duradouro, em que o ingrediente essencial é a fidelidade, levando assim o ser humano à felicidade plena³³.

Em síntese, pode-se afirmar que os elementos que definem o ato de amar são: a vontade, o compromisso e fidelidade.

6. Apresentação da Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”

A Unidade Letiva sobre “O Amor Humano” pertence ao programa do 8º ano de escolaridade. Isto significa que os destinatários destes conteúdos são adolescentes com idades compreendidas entre os 13 e os 14 anos, faixa etária em que esta temática desperta grande interesse devido ao facto de ser a idade do despertar da sexualidade, do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, o interesse pelo outro sexo, a idade do enamoramento e das grandes paixões. Partindo destes pressupostos esta Unidade Letiva, neste ano de escolaridade, será uma unidade central, porque toca uma problemática existencial dos alunos, os conflitos internos e externos e a passagem de criança a adulto, sem ser uma coisa nem outra.

O programa, seguindo o princípio da gradualidade, tendo em conta o desenvolvimento integral dos alunos, para facilitar e promover as aquisições e a consolidação das competências, propõe, para serem trabalhadas nesta Unidade Letiva, competências específicas do quadro seguinte.

³³ Cf. ROJAS, E., *Uma teoria da felicidade*: 90-95.

6.1. Competências Específicas

Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (comp.1); organizar uma visão coerente do mundo (comp. 4); interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos (comp.5); relacionar os dados das ciências com a interpretação cristã da realidade (comp. 7); organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 9); mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do cotidiano (comp. 10); propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 11); interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes (comp. 23); reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana (comp. 24).

34

6.2. Os conteúdos apresentados pelo Programa da disciplina

Os conteúdos apresentados pelo programa da disciplina para atingir as competências anteriormente descritas estão agrupados em cinco núcleos: Amor e fecundidade humana; planeamento familiar; perspectiva ética da Igreja, interpretação de textos bíblicos e o valor da responsabilidade perante as opções tomadas.

6.2.1. O amor e a fecundidade humana

“o amor e fecundidade humana: fecundidade é sinal e fruto do amor, todo o amor é fecundo e criativo, o amor abre a família à relação com os outros (cf. As crianças sem família e a adoção), a fecundidade sexual é um bem social, o maior bem social (permanência da espécie, participação na construção da sociedade).³⁵

³⁴ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:104.

³⁵ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:104.

6.2.2. Planeamento familiar

Planeamento familiar: noção de planeamento familiar, paternidade/maternidade responsável, métodos anticoncepcionais, esterilizantes, anticoncepcionais propriamente ditos (métodos naturais, barreira mecânicas, barreiras químicas, métodos hormonais), métodos abortivos, sua eficácia, suas vantagens e desvantagens.³⁶

6.2.3. A perspetiva ética da Igreja

A perspetiva ética da Igreja: o respeito pela vida humana, abertura à vida, o valor da paternidade / maternidade, a aprendizagem do controlo do desejo sexual, para que o ato sexual não seja um egoísmo a dois, o respeito do estado pelas decisões do casal (não pode impor medidas de controlo da natalidade sem o consentimento dos casais, respeito pelos dois significados do ato sexual: união e procriação, discernimento responsável do casal.³⁷

6.2.4. A fecundidade como bênção de Deus

A fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádivas de Deus: Sl 127 (126), 3-5; Sl 128 (127), 3, Jesus veio fundar uma família universal, baseada na aceitação da vontade de Deus que se expressa no amor: Mc 3, 31-35.³⁸

³⁶ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 104.

³⁷ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 104.

³⁸ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 105.

6.2.5. Ser responsável

*Ser responsável, equacionando o significado e as consequências dos próprios atos e opções”.*³⁹

Não fazemos aqui nenhuma análise crítica aos conteúdos e às competências apresentadas, porque se efetuará noutra alínea deste estudo.

Tendo em conta o tema deste trabalho, ou seja o enquadramento da transexualidade na lecionação da Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”, é fundamental uma abordagem à forma como o manual do aluno e do professor fazem a apresentação desta Unidade Letiva, visto não coincidirem nalguns pontos com o programa da disciplina.

6.3. Conteúdos apresentados pelo Manual do Professor e do Aluno

Os conteúdos apresentados pelo manual do professor e do aluno para esta Unidade Letiva são os seguintes:

*“o amor e as suas manifestações artísticas, a amizade e o namoro, a sexualidade e abertura à vida, vivência problemática da sexualidade, a família, o planeamento familiar, a paternidade e a maternidade responsáveis, a fecundidade e a adoção, o amor e a família na Bíblia, desafios para uma vivência responsável do amor.”*⁴⁰

Nesta primeira abordagem pretende-se apenas descrever como é que cada um dos documentos, direcionados para os mesmos destinatários, fazem a

³⁹ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:105.

⁴⁰ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar, 8º ano de escolaridade, manual do professor*, FSNEC, Moscavide, 2011: 11.

abordagem desta temática que é central no plano existencial dos adolescentes. Temática nuclear a partir da qual a pessoa está chamada a construir o seu projeto de vida, a elaborar valores interiores que irão influenciar a sua maneira de ser e de estar em relação aos pares e com as pessoas adultas com quem convive.

A adolescência uma fase fortemente marcada pela identificação sexual e ao mesmo tempo pelo desabrochar para o amor, os afetos, o controlo das emoções, a descoberta da intimidade entre iguais, respeito pelo outro, a liberdade, a responsabilidade nas escolhas e a fidelidade ao projeto de vida. É o tempo de estruturar comportamentos, desenvolver a autoestima, o autocontrolo, a tomada de decisões, o despertar para a dignidade da pessoa em todas as suas dimensões: biológica, psicológica, afetiva e o projeto de vida como caminho para a felicidade que se constrói aos poucos, através das opções que cada um vai realizando.

SEGUNDO CAPÍTULO

OS DESAFIOS ÉTICOS DA TRANSEXUALIDADE

1. Identidade pessoal e sexualidade

A pessoa humana é um ser em relação, que se constrói e amadurece ao longo da vida. Através das relações interpessoais vai atingir a sua identidade própria, que a caracteriza como ser único e irrepetível.

É neste contexto de relações pessoais e interpessoais que o ser humano se desenvolve como ser sexuado, onde a sexualidade se apresenta como uma força integradora da identidade pessoal, como uma dimensão impulsionadora e de abertura ao outro, possibilitando assim a realização dum projeto de vida, a construção de um nós, na vivência da comunhão em núcleo familiar, em compromisso social ou religioso⁴¹.

A sexualidade é

“uma energia que nos motiva a procurar o amor, contacto, ternura, intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual;

⁴¹ Cf. PINTO, J., “Sexualidade e pessoa” in AAVV, *Sexualidade e educação para a felicidade*, Faculdade de Filosofia Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2010: 205.

ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a saúde física e mental (OMS) ”⁴².

É algo intrínseco ao ser pessoal, que toca as diferentes dimensões no que respeita ao agir, ao estar, à unidade do corpo e do espírito. Está diretamente relacionada com a afetividade, com a capacidade de amar e de procriar e com a aptidão de criar laços de comunhão com outrem.⁴³ É uma realidade englobante, que caracteriza a personalidade, de uma maneira positiva ou negativa, conforme for assumida e vivida nas diferentes vertentes que a constituem: biológica, psicológica, social, cultural e espiritual. Estes aspetos da sexualidade deverão desenvolver-se de maneira harmónica e equilibrada de acordo com a faixa etária da pessoa, contribuindo assim, para a sua maturação. Neste enquadramento, esta realidade vai muito além do exercício da genitalidade, porque acompanha e espelha o processo de crescimento do ser humano, nas diferentes etapas da vida: gestação, infância, adolescência, juventude, adultez e velhice, ou seja, ela está presente desde o ventre materno até à morte. As manifestações e os comportamentos específicos da sua vivência, em cada uma destas fases da vida, devem ser lidas e avaliadas no contexto próprio de cada uma, e no horizonte progressivo do amadurecimento da pessoa. A dimensão biológica está ligada à dimensão psicológica. A este nível, a pulsão torna-se em vivência afetiva, o que vai influenciar a maneira como tocamos, somos tocados, a ternura e a procura do amor. Abre e influi a capacidade relacional, o reconhecimento e a inserção social, como características próprias da identidade pessoal, ou seja, abre à dimensão social, ao reconhecimento do outro como um ser único e irrepitível, inserido numa cultura capaz de gerar e transformar o meio envolvente. Estas dimensões estão abrangidas pela dimensão espiritual, pela busca constante e

⁴² COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar Educação Moral e Religiosa Católica, 8º ano: 28.*

⁴³ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar Educação Moral e Religiosa Católica, 8º ano: 28.*

permanente de sentido para a vida e para a existência. Esta atitude projeta a pessoa para o mais profundo de si e para o mais além fora de si, levando-a ao encontro dos outros e ao encontro do transcendente, procurando respostas para as grandes questões existenciais de quem sou eu? de onde venho? e para onde vou? - ou seja, na procura da felicidade, que passa pelo exercício e utilização da liberdade de uma maneira responsável e consciente⁴⁴.

Pode-se dizer que a identidade sexual é parte integrante da identidade pessoal, com capacidade de integração, interiorização e de abertura ao “tu”, que possibilita a realização de um projeto de vida a dois, mas também, a um projeto de vida consagrada a um ideal, com abertura ao “nós” como fonte de compromisso social e espiritual⁴⁵.

Na relação matrimonial

«a sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se doam um ao outro com os atos próprios e exclusivos dos esposos, não é em absoluto algo puramente biológico, mas diz respeito ao núcleo íntimo da pessoa humana como tal. Esta realiza-se de maneira verdadeiramente humana, somente se é parte integral do amor com o qual, homem e mulher, se empenham totalmente um para com o outro até à morte»⁴⁶.

Num projeto de vida consagrada a pessoa está chamada a viver plenamente, com todo o seu ser, de homem ou de mulher, o amor a Deus e aos irmãos. Este amor, que não passa pela genitalidade, é fruto de uma identificação harmoniosa a nível pessoal e sexual como ser masculino ou feminino na sua relação com Deus. *«As pessoas consagradas, na medida em que aprofundam a*

⁴⁴ Cf. JAMES, C., *As dimensões espiritual e política da cidadania*, in <http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1342&Itemid=0#> (consultado 15/04/2012).

⁴⁵ Cf. PINTO, J., “Sexualidade e pessoa”: 205.

⁴⁶ JOÃO PAULO II, *Familiaris consortio*, Libreria Editrice Vaticana, Roma, 1981: n° 11.

sua própria amizade com Deus, ficam em condições de ajudar os irmãos e as irmãs»⁴⁷.

2. Identidade sexual e identidade de género

Para compreender o que é a identidade sexual e a identidade de género é fundamental fazer uma reflexão e diferenciar o género e o sexo. O género refere-se a um conjunto de características e comportamentos normalmente atribuídos a cada um dos sexos. Isto prende-se com o meio cultural onde a pessoa está inserida, com o conceito de masculinidade ou feminilidade e as expectativas e atribuições dos progenitores acerca da criança do sexo masculino ou do sexo feminino. O sexo vai corresponder ao fenótipo da criança, ou seja ao seu aspeto físico e anatómico aos seus caracteres sexuais de rapaz ou de rapariga⁴⁸.

A pessoa, no seu desenvolvimento, desde a conceção até à morte, passa por um processo de construção e identidade sexual e de género, que tem o seu ponto culminante na fase da adolescência, período em que ocorrem as maiores transformações físicas e psicológicas no ser humano, atingindo a sua identidade pessoal como homem ou como mulher.

A identidade sexual adquire-se através da imagem que cada pessoa vai construindo de acordo com o sexo atribuído, edificando cada vez mais a sua individualidade e identidade pessoal, dentro dos parâmetros do género, para a sua situação de ser sexuado.

Os fatores envolvidos no desenvolvimento da identidade sexual são de ordem anatómica, bioquímica, psicológica, social e cultural. Todos eles

⁴⁷ JOÃO PAULO II, *Exortação apostólica vita consecrata*, Libreria Editrice Vaticana, Roma, 1996: n.º 39.

⁴⁸ Cf. SOUTO, T., “A formação da identidade sexual” in SOUTO, T., *Educação da sexualidade na escola, Casa do Professor*, Braga, 2006, 26-36: 32.

desempenham um papel importante no processo de diferenciação e identificação sexual. Os critérios que ajudam a compreender a diferenciação sexual dizem respeito ao sexo genético revelado pela presença de cromossomas XX ou XY; ao sexo gonadal identificado pela presença das gónadas ou seja ovários ou testículos; ao sexo hormonal que vem indicado pelas características sexuais secundárias e são o reflexo do equilíbrio dos androgénios e dos estrogénios; a morfologia genital ou seja a presença de pénis e de escroto, no homem, e de vagina e de clítoris, na mulher; às estruturas reprodutoras acessórias internas incluindo, no homem, as vesículas seminais e, na mulher, o útero; o sexo atribuído, o sexo da educação, que vai determinar se o bebé é do sexo masculino ou feminino, nunca esquecendo que a atribuição social do sexo pode ter consequências profundas sobre as diferenças observáveis entre homens e mulheres; o sexo psicológico que será a consequência da forma como cada indivíduo aprendeu a viver a sua realidade de homem ou de mulher. É a este nível, que surge a identidade de género e os comportamentos adaptados a essa realidade, coincidentes ou não com o sexo imposto à nascença⁴⁹.

A categorização da pessoa como pertencendo ao sexo masculino ou ao sexo feminino, vai influenciar a construção social da identidade de género, mas esta, perante algumas situações de anomalias sexuais, pode não coincidir com a identidade sexual atribuída⁵⁰.

No que respeita ao significado da identidade de género, esta inclui três aspetos ou dimensões diferenciadas: identidade de género, papel de género e orientação pessoal. A identidade de género está relacionada com a vivência interior do ser masculino ou feminino. O papel de género está ligado às normas exteriores que determinam o comportamento em conformidade com o sexo e o

⁴⁹ Cf. SOUTO, T., “A formação da identidade sexual”: 27-31.

⁵⁰ Cf. MURPHY, T., “Gender identity and gender-identity disorders”, in REICH, T., *Encyclopedia of bioethics*, Macmillan, New York, 1995, 901-909: 901.

contexto cultural. A orientação pessoal está relacionada com o projeto de vida a dois e a escolha do parceiro sexual⁵¹.

A identidade sexual e a identidade de género estando intimamente ligadas diferenciam-se no que respeita à sua construção e desenvolvimento, influenciando assim o modo de ser e de estar da pessoa em questão, levando-a a ter atitudes que podem conduzir à unificação do ser e a um desenvolvimento equilibrado, ou a um desvio que poderá refletir-se em comportamentos menos adequados no que respeita ao posicionamento da pessoa quanto ao seu ser masculino ou feminino.

Atualmente existem testes para determinar a presença de testículos, ovários, e o nível das várias hormonas em crianças com órgãos genitais ambíguos assim como técnicas cirúrgicas para construção dos órgãos genitais femininos e métodos de dilatação de alguns pénis pequenos. Tais testes nem sempre são viáveis, nem estão disponíveis nalgumas regiões do mundo. Historicamente, às crianças era atribuído um género em vez de outro, tendo por base a semelhança física, a presença ou ausência de testículos e ovários. Este critério não pode distinguir humanos com condições bissexuais em que ambos os tecidos, testiculares e ovários, se encontram presentes.

Os testes cromossómicos e hormonais oferecem outra maneira de caracterizar o género das crianças, mas tais métodos ainda exigem que o género dado à criança seja masculino ou feminino. A realização deste tipo de testes faz com que seres humanos sejam ordenadamente bifurcados em homem ou mulher, e que as crianças com géneros ambíguos sejam submetidas a um estudo

⁵¹ Cf. SOUTO, T., “A formação da identidade sexual”: 32-33.

cuidadoso no sentido de determinar o seu posicionamento em relação a esta ordem⁵².

Quando a identidade sexual e a identidade de género estão em conformidade, a pessoa, desenvolve uma sexualidade integrada e integradora, que vai contribuir para o seu desenvolvimento integral e harmonioso.

4. A evolução biológica da sexualidade e alguns desvios sexuais

Dos 46 pares de cromossomas que constituem a espécie humana, um é o responsável pela configuração sexual das pessoas. A presença dos cromossomas XX, no zigoto, dá origem a uma pessoa do sexo feminino. Se for XY vai dar origem a uma pessoa do sexo masculino⁵³. É o braço curto do cromossoma Y, o que possui menos carga genética, o responsável pela diferenciação sexual⁵⁴, por este facto, este cromossoma, poderia ser chamado de cromossoma sexual.

A partir do segundo mês o embrião passa a ser designado por feto. Todos os órgãos já estão em funcionamento, exceto os órgãos genitais, que se desenvolvem muito mais tarde. Estes, até à sétima semana encontram-se de maneira indiferenciada, tanto pode ser rapaz como rapariga. O feto possui apenas uma gónada constituída na quarta semana que pode dar origem ao testículo ou ao ovário, dependendo do desenvolvimento da zona cortical e medular, dos Canais de Müller, que vão dar origem aos órgãos reprodutores internos do sexo feminino, e dos Canais de Wolff que darão origem aos órgãos genitais internos masculinos. Os órgãos genitais externos desenvolvem-se nesta

⁵² Cf. MURPHY, T., “Gender Identity and gender-identity disorders”: 902.

⁵³ Cf. AZPITARTE, E., “Estados intersexuales y cambio de sexo. Aspectos éticos”, in *Proyeccion* 38 (1991), 131-141: 132.

⁵⁴ Cf. GAFO, J., “Intersexualidade y transexualidade”, in: *Razon y Fé* 225 (1992), 403-418: 405.

fase indiferenciada do tubérculo genital, que vai originar no homem o pénis e na mulher o clítoris. No sexo masculino a fissura urogenital fecha-se dando origem ao conduto uretral. No sexo feminino mantém-se aberta formando os pequenos lábios. Na fase final do desenvolvimento embrionário o rodete genital no rapaz forma a bolsa escrotal, onde se instalam normalmente os testículos, e na rapariga dá origem aos grandes lábios.

Para além do sexo cromossómico existe um sexo hormonal que vai influenciar a configuração masculina ou feminina da pessoa. Neste processo de diferenciação os esferoides sexuais possuem um papel importante, na produção dos androgénios e dos estrogénios⁵⁵. A secreção destas duas hormonas inicia-se durante a vida intrauterina, sob a ação das hormonas hipofisárias LH (luteinizing hormone) e FSH (folicle-stimulating hormone), ao mesmo tempo que é regularizada pelo hipotálamo. A ação da testosterona a nível cerebral, durante o período pré-natal é a responsável pela organização estrutural dos neurónios e a interconexão dos mesmos, no sexo masculino. A configuração do sistema nervoso e a presença de androgénios viriliza o hipotálamo e o centro espinal de ereção e condiciona a oscilação rítmica hipotálmica. O sexo masculino é regulado de forma e intensidade diferentes, dependendo da faixa etária, por uma secreção pulsátil e tónica da gonodotropina, enquanto no sexo feminino, a fraca exposição dos androgénios na vida fetal e a presença dos estrogénios, que se mantém ao longo de toda a vida fértil, feminiza a criança do sexo feminino⁵⁶.

A origem de algumas anomalias genéticas está no próprio cromossoma sexual, por exemplo, a ausência do segundo cromossoma ou seja a síndrome de

⁵⁵ Cf. AZPITARTE, E., “Estados intersexuales y cambio de sexo. Aspectos éticos”: 132.

⁵⁶Cf. BENVENGA, S., CANNAVO, S., TRIMARCHI, F., “Sessuologia – fondamenti endocrinologici” in RUSSO, G., *Bioetica medica per medici e professionisti della sanita*, Elledici, Leumann, 2009, 295-300: 296.

Turner XO, vai impossibilitar a diferenciação entre os ovários e os testículos e posteriormente, provocar a ausência da produção das hormonas. Assim, surgem mulheres estéreis, que precisam de tratamento com estrogénios para que o seu desenvolvimento fisiológico aconteça com normalidade. A síndrome de Klinefelter XXY é caracterizado pela presença de mais um cromossoma X obstaculizando o influxo da masculinização do cromossoma Y. Em algumas situações existe uma verdadeira contradição entre o sexo cromossómico e o sexo gonádico. Isto acontece em indivíduos fenotipicamente masculinos, sem grandes diferenças de um varão normal, mas em que, a nível cromossómico, apresentam a configuração XX; ou em sujeitos de aparência feminina e com órgãos genitais internos e externos de mulher, em que existe um cromossoma XY, característico de homem. Noutros casos a pessoa é transportadora, ao mesmo tempo de tecido ovário e testicular, numa só gónada ou nas duas em separado. Este hermafroditismo, embora raro no ser humano, pode provocar uma disfunção idêntica à anterior, porque os órgãos sexuais externos, podem pertencer a qualquer um dos sexos. A inversão desta anomalia não é completa, pois são possíveis outras alterações, sobretudo na capacidade de reprodução. No pseudo-hermafroditismo as gónadas pertencem ao mesmo sexo, mas os órgãos externos são uma mistura intermédia dos dois sexos⁵⁷.

Alguns autores atestam que estas alterações a nível sexual, estão apenas relacionadas com a produção das hormonas gonádicas (androgénios e estrogénios) no período pré-natal e pós-natal. As dosagens excessivas ou escassas determinam uma diferenciação anómala nos centros reguladores do impulso sexual, provocando uma configuração cerebral distorcida⁵⁸.

⁵⁷ Cf. AZPITARTE, E., “Estados intersexuales y cambio de sexo. Aspectos éticos”: 103.

⁵⁸ Cf. COZZOLI, M., “Sexo (Mudança de)” in AAVV *Dicionário de bioética*, Perpétuo Socorro, Vila Nova de Gaia, 2001, 1015-1019: 1015.

4.O género atribuído e o género vivido

Uma correta determinação do género de um recém-nascido é fundamental para posterior desenvolvimento harmonioso de um ser humano. No entanto, existem casos, em que pais e médicos sentem dificuldade em classificar se o nascituro pertence ao sexo masculino ou ao sexo feminino.

As crianças podem nascer com gónadas irregulares ou órgãos genitais ambíguos e traços cromossómicos atípicos. A construção da identidade de género depende da atribuição do sexo ao recém-nascido como sendo homem ou mulher.

Os traços que são tomados como estabelecadores do “verdadeiro” género da criança refletem não só o estado de conhecimento biomédico, mas também os padrões culturais e morais a partir dos quais se identifica sexualmente a criança.

O género não é meramente o funcionamento de traços cromossómicos, hormonais, ou anatómicos, mas uma conjugação de componentes, que para além destes, incluem traços físicos, sociais e culturais.

Reconhecendo que as influências sociais, muitas das vezes inconscientes, possuem um papel fundamental na atribuição de género, este é determinado conforme a configuração biológica da criança. No entanto, as linhas de pensamento com tendências sexistas poderão prejudicar e levar a decisões erróneas acerca da verdadeira identidade pessoal do recém-nascido⁵⁹. Um erro deste tipo, ou algum distúrbio sexual, poderá fazer com que o género atribuído não venha a coincidir com o género vivido, gerando assim, mal estar físico,

⁵⁹ Cf. MURPHY, T., “Gender identity and gender-identity disorders”: 902.

psicológico e social e alterações comportamentais. Aqui situam-se os transgéneros, ou seja as pessoas que não possuem um género totalmente definido, agindo socialmente de forma diferente ao comportamento esperado, dentro dos padrões culturais e sociais estabelecidos para o sexo atribuído à nascença. Os transexuais enquadram-se nestes parâmetros, embora estes, na maioria dos casos, afirmem sentir-se identificados com o género vivido e não com o atribuído. Considerando que a sua situação é um erro da natureza, acreditando que o sexo anatómico é uma anomalia no que respeita ao seu verdadeiro sexo, muitas vezes querem e pedem ajuda médica no sentido de corrigirem esse erro da natureza, com a finalidade de obterem a configuração anatómica com a identidade pessoal com a qual se identificam interiormente, mas que não são reconhecidos exteriormente como tal.

5. A transexualidade e a sua etiologia

Fazer a abordagem da transexualidade a partir da identidade pessoal e sexual é um desafio ético e moral, que vai tocar o mais íntimo do ser da pessoa, devido ao facto de ela viver em conflito permanente entre a sua configuração física e sexual e o seu interior, no que respeita à dimensão do sexo psicológico.

Um transexual, que fisicamente possui sexo masculino, vive, sente e deseja pertencer ao sexo feminino. Um transexual, que possui corpo de mulher, sente-se interiormente como um homem e deseja que a sua anatomia se configure com o seu psíquico ou seja com um corpo masculino. Perante esta situação, o indivíduo vê-se confrontado com uma realidade que é objetiva anatomicamente, mas que interiormente não se identifica com a sexualidade que lhe é atribuída. Estamos perante um conflito de identidade pessoal, que tem implicações não só no seu ser, mas também nas relações interpessoais, no papel

e na representatividade que desempenha a nível social. Pode-se dizer que estamos perante um conflito de identidades, em que a identidade pessoal não está em conformidade com a identidade de género. Esta, depende de uma construção cultural, histórica e social, que num desenvolvimento normal, deveria contribuir para o aperfeiçoamento harmónico da pessoa, e neste caso é um fator de desequilíbrio do próprio ser pessoal, devido à dissociação do sexo anatómico e do sexo psicológico⁶⁰, ou seja, devido a um conflito entre o sexo anatómico e a identidade de género.

A nível da comunidade científica não existe um consenso em relação às causas que originam a transexualidade, no entanto, é de salientar o grande investimento a nível da investigação, no que respeita à origem desta disfunção de género.

Alguns autores procuram as causas mais a nível dos aspetos biológicos, outros apontam razões de ordem sociocultural, e existem aqueles que fazem a junção destas duas dimensões da pessoa humana.

Os que defendem que a transexualidade tem a sua origem em causas socioculturais, ou seja em fatores extrínsecos provenientes do ambiente familiar, através de processos de identificação desviantes e das relações parentais nos primeiros três anos de vida, dão como exemplo: o rapaz que na presença de uma mãe ou de uma irmã superprotetora ou possessiva e a carência da figura paterna significativa, pode induzir a um processo de feminização. No caso da rapariga, a falta da mãe como figura significativa e de referência, e a existência de relações anormais com o pai, pode produzir um efeito contrário e assumir um perfil com características masculinas.

⁶⁰ Cf. ARÁN, M., A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo - género, in: Agora V IX 1 Janeiro / Junho, (2006) 49-53. <http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/a04v9n1.pdf> (consultado a 7 / 01 / 2012).

Os investigadores que defendem que a transexualidade tem a sua origem na interação dos fatores neuro-hormonais e psico-emotivos, no período crítico da diferenciação sexual do cérebro, tentam conciliar as duas etiologias, a biológica e a sociopsicológica. A biológica que pode agir como fator predisponente que é potenciado pelo fator de ordem sócio-psicológica e cultural⁶¹.

Os defensores dos fatores psicológicos e ambientais apoiam as suas teses nalgumas experiências que, segundo eles, podem confirmar as hipóteses. É o caso dos hermafroditas análogos do ponto de vista cromossómico e gonádico que desenvolveram posteriormente o sexo psicológico masculino ou feminino, dependendo da sua educação. Estes elementos culturais aparecem de forma clara no caso de um gémeo que, tendo sofrido a amputação do pénis, durante os primeiros meses de vida, por erro médico no momento da circuncisão, tendo sido configurado cirurgicamente com a anatomia feminina e tendo recebido uma educação de acordo com o sexo fisiológico, posteriormente assume a identidade de acordo à configuração anatómica do sexo, enquanto o seu irmão continuou com a sua identidade masculina. Nesta situação, existem provas de que as pessoas educadas para viverem como mulheres modificam a sua identidade, mediante um tratamento de testosterona, o sexo biológico predomina sobre o sexo psicológico e educativo.

Nos gémeos monozigóticos a proporção de transexuais atinge os 50 %, enquanto nos dizigóticos, a incidência é de 8,3%. Um outro fator verificado é a ausência do antígeno HY (proteína específica necessária para o sexo gonádico

⁶¹ Cf. COZZOLI. M., "Sexo (mudança de)": 1015-1016.

testicular) nos transexuais masculinos, enquanto se encontra presente nas mulheres transexuais⁶².

Uma deficiência hormonal, produzida por outras causas, poderia dar lugar à existência de homens com algumas características femininas ou mulheres com características masculinas. Geralmente este facto não é relevante, no entanto nalgumas situações e nalguns momentos poderá ter repercussões psicológicas.

Giovanni Russo⁶³, ao fazer a abordagem da transexualidade, começa por afirmar que ela pode ser primária ou secundária. A transexualidade secundária, segundo este autor, é temporária e poderá ser uma síndrome de bordel. Nesta situação, a questão da mudança de sexo é passageira e surge como meio de controlar a angústia, que é difícil de gerir de outra maneira. A hipótese da intervenção cirúrgica pode surgir como uma possível solução na sequência de um forte trauma, como por exemplo a perda de uma pessoa significativa, a rejeição da sua própria sexualidade ou ainda a fuga à masturbação. Pode-se dizer que é um esquema defensivo, na busca de satisfazer o desejo de aceitar e ser aceite pelos pares e pela sociedade⁶⁴. A transexualidade primária afeta profundamente a identidade sexual da pessoa e pode surgir tanto a nível masculino como a nível feminino. A nível masculino tem a sua origem na interação de três fatores: alteração do programa genético de base; alteração na configuração endócrina pré-natal e nas relações perturbadas, no período pós-natal com os progenitores.

A criança no seio materno, não é apenas uma matéria prima a ser formada, mas é um parceiro ativo. Um prolongado período de ansiedade da

⁶² Cf. AZPITARTE, E., “Estados intersexuales y cambio de sexo aspectos éticos”: 137.

⁶³ Cf. RUSSO, G., “Transessualismo e Rettificazione di sesso” in RUSSO, G., *Bioetica medica per medici e professionisti della sanita*, Elledici, Leumann, 2009, 310-315: 313.

⁶⁴ Cf. RUSSO, G., “Transessualismo e rettificazione di sesso”: 313.

mãe, devido a uma grave doença física ou psicológica, pode afetar e produzir alterações na programação do cérebro.

O feto masculino, perante este tipo de situação, pode baixar a produção de androgénios em relação ao normal, afetando assim os recetores cerebrais que se tornam mais sensíveis aos estímulos femininos. A administração de hormonas de carácter abortivo, durante o período gestacional, pode influenciar e ter consequências a nível cerebral do embrião em desenvolvimento, feminizando a pessoa do sexo masculino.

No período pós-natal a perturbação de identidade depende muito da relação que a criança estabelece com o progenitor. Todos os seres humanos constroem a sua identidade pessoal a partir da imagem ideal que os pais têm de si e do que precisam para serem amados⁶⁵. Pode haver uma regressão ou uma progressão no distúrbio, devido à dependência relacional com a mãe. Se a criança for do sexo masculino, é provável que venha a feminizar-se, devido a uma simbiose longa e íntima com a mãe. Uma relação conflituosa entre a mãe e o pai pode causar na criança uma rejeição inconsciente do outro sexo e uma desvalorização de si próprio. Se a figura paterna for uma figura ausente, a criança sem modelo de identificação masculino, tem maior dificuldade em afastar-se da figura materna, assumindo assim atitudes e comportamentos de carácter feminino⁶⁶. A transexualidade feminina, na fase pré-natal, tem a sua origem na alteração e na produção dos androgénios que irão afetar o feto. Se esta disfunção ou síndrome for detetada atempadamente, poderá ser corrigida, evitando assim, consequências sobre o futuro bebé que irá nascer. No período pós-natal, é fundamental a relação com a mãe, exceto nos casos, em que esta é

⁶⁵ Cf. RUSSO, G., “Transessualismo e rettificazione di sesso”: 313.

⁶⁶ Cf. RUSSO, G., “Transessualismo e rettificazione di sesso”: 314.

uma pessoa fria, privando a menina de um modelo feminino, com quem se possa identificar.

Geralmente o primeiro sinal de transexualidade, surge por volta dos 18 ou 24 meses, quando se dá o primeiro núcleo de identificação de género. A criança sentindo-se longe da mãe, é possível que se volte para o pai. Se este está ausente a filha vai tentar ocupar o lugar do companheiro da mãe, assumindo na sua vida comportamentos e atitudes próprias do sexo masculino.

A questão crucial, ainda não resolvida, diz respeito a pacientes que tendo sofrido o mesmo tipo de traumatismo na relação primária, ansiedade de separação, uns desenvolvem estados psicóticos outros disforia de género. Este último caso é evidente que tem na sua origem fatores de ordem biológica na fase pré-natal⁶⁷, ou seja alterações do programa genético de base e alterações na configuração endócrina e fatores de ordem psicológica no período pós-natal devido à disfunção na relação parental⁶⁸.

J. Milheiro, ao abordar o tema da transexualidade, afirma que o transexual é o homossexual que não aceita a sua homossexualidade, que a repudia com tal veemência que só a mudança de corpo o tornará “bem” consigo e com a sua condição. Mudança que, por absurdo que seja, teoricamente o fará um heterossexual.

Este mesmo autor afirma que, se as pessoas portadoras de disforia de género pudessem imaginar-se homossexuais, com um mínimo de liberdade

⁶⁷ Cf. RUSSO, G., “Transessualismo e rettificazione di sesso”: 314.

⁶⁸Cf. RUSSO, G., “Transessualismo”, in: RUSSO, G., (*a cura di*), *Bioetica della sessualità*, Elledici, Leumann, 2004, 1706-1708: 1707.

interior, nunca encarariam a hipótese transexual, o que só por si traça rotas de orientação terapêutica⁶⁹.

As pessoas portadoras desta alteração da identidade de género, passam por uma experiência interior de grande sofrimento, assente em mecanismos de clivagem que não suportam o que na realidade verificam, com um constrangimento psicológico radical sobre a capacidade de auto fantasiar. Esta condição mental pressupõe, de modo geral, uma grave patologia psiquiátrica associada. Estas situações podem ser definitivas ou ocasionais. As situações ocasionais ou periódicas, estão geralmente ligadas a momentos depressivos ou a episódios delirantes transitórios.

Para J. Milheiro qualquer intervenção cirúrgica ou hormonal está totalmente deslocada nestes casos. O mesmo se dirá nas situações definitivas com franca psicopatologia: psicoses esquizofrénicas, delírios de transformação sexual, psicopatas exibicionistas, personalidades profundamente perturbadas, com violência sadomasoquistas, serão também completamente de rejeitar. Nem todos os transexuais terão, de facto, um “delírio parcial”. Muitos autores referem casos “verdadeiros”, primários, bastantes raros, numa condição homossexual muito vincada, inicialmente assumida em travestismo, uso de roupas de outro sexo, em ocasiões ou de forma permanente⁷⁰.

Tendo em conta o descrito anteriormente acerca da transexualidade, pode-se afirmar que este autor, não faz a distinção entre a identidade de género e a orientação sexual; sendo duas realidades que se tocam, elas diferem no que respeita à sua manifestação: enquanto que a primeira afeta a identidade pessoal e de género, a segunda baseia-se num comportamento, que embora não esteja

⁶⁹ Cf. MILHEIRO J., “Transexualidade e mudança de sexo”, in AAVV, *Novos desafios à bioética*, Porto Editora, Porto, 2001, 57-60: 57.

⁷⁰ Cf. MILHEIRO J., “Transexualidade e mudança de sexo”: 57.

de acordo com a conduta esperada em determinado contexto, não existe um conflito interno da pessoa, no que respeita à sua identidade pessoal. No entanto isto não descarta a possibilidade de as pessoas transexuais serem portadoras de patologias psiquiátricas, ou até a transexualidade ser fruto de uma patologia a nível psicológico.

A contrapor esta posição temos os investigadores que baseando-se em estudos recentes realizados no cérebro dos transexuais, através de técnicas de neuro-imagem, demonstram que determinadas fibras nervosas, a nível do cérebro, com funções cognitivas e emocionais, estão masculinizadas nas mulheres transexuais e no caso dos homens essas conexões apresentam-se com uma tendência de feminização. A identidade sexual, ou seja o sentir-se homem ou mulher é essencial para a autoimagem, para a relação social, para a construção do projeto de vida, e para a organização da sociedade⁷¹.

A disforia de género apesar de ser uma situação complexa, não pode ser confundida com travestismo nem com homossexualidade. Estas duas perturbações, sem desconhecem nem negarem o seu sexo anatómico, exprimem uma tendência diferente: o travesti identifica-se com o sexo oposto, por isso veste-se e assume posturas de voz do outro sexo. O homossexual tende a relacionar-se sexualmente com indivíduos do mesmo sexo. Nem um nem outro pensam na mudança de sexo, a satisfação reside em se identificar com o outro sexo e na relação com pessoas do mesmo sexo⁷². Esta última é caracterizada por ser uma orientação sexual, ao passo que a transexualidade é uma disforia de género. Sendo coisas diferentes, podem coexistir ou seja na população transexual, tal como na heterossexual, podem surgir orientações

⁷¹ Cf. GUILLAMÓN, A., “Las personas transexuales tiene conexiones en su cérebro que concuerdan con el género al que desean pertenecer”, in UNED (Março) 2011 <http://serviweb.uned.es/conversorpdf/index.asp> (consultado em 09/05/2012).

⁷² Cf. COZZOLI. M., “Sexo (mudança de)”: 1016.

sexuais homossexuais, bissexuais nas mesmas proporções que na população não transexual.

6. O tratamento e as condições para a mudança de sexo

O tratamento dos distúrbios de identidade de género necessita de um diagnóstico rigoroso, o que só é possível através de uma avaliação pluridisciplinar capaz de realizar uma análise diferencial que reconheça com precisão as características e os sintomas da problemática em questão.

O transexual vive num estado de conflito permanente entre o sexo físico e o sexo “psíquico”. A intervenção médica é solicitada como única “terapia” possível a fim de restabelecer uma harmonia entre o corpo e o psíquico⁷³.

O tratamento do transexual é sintomático, ou seja, consistirá na procura de uma adaptação progressiva, harmoniosa e tranquila entre o bem estar psíquico, físico e social, no que respeita a identidade pessoal. Numa tentativa de alcançar o equilíbrio, ao longo dos anos têm-se utilizado diversas técnicas, algumas das quais se revelaram contraproducentes para a pessoa interessada tendo agravado a sua condição subjetiva⁷⁴.

Segundo Salvatore Cipressa a terapia mais adequada para o transtorno de identidade de género é a psicoterapia, porque só ela pode reconstruir na verdade, a harmonia psicofísica da sexualidade. No entanto, se a psicoterapia falha e a condição emocional da pessoa se torna insuportável até à beira do suicídio, para o bem da pessoa a nível físico e a nível psicológico, para evitar

⁷³ Cf. HOTTOIS, G., “Transexualismo”, in AAVV, *Dicionário da bioética*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 366-367: 366.

⁷⁴ Cf. CIPRESSA, S., “II disturbo dell’identità di genere. Aspetti clinici e terapeutici”, in: *Bio – ethos* 8 (2010), 18-26: 23.

graves danos que de outra forma não é possível evitar, pode-se ponderar a mudança de sexo hormonal e cirúrgico⁷⁵.

Quando se opta pelo tratamento cirúrgico, este será precedido pelo tratamento hormonal, para atenuar ou desenvolver certos caracteres sexuais secundários, pilosidade e seios antes de realizar a operação cirúrgica que fabrique uma vagina ou um pénis, não fisiologicamente funcionais, mas de substituição⁷⁶.

A meta de toda a terapia deveria estar direcionada para uma maior harmonia, que se configure com a constituição genética do indivíduo.

Perante uma síndrome de transexualidade, antes de fazer uma opção de mudança de sexo, é fundamental realizar um diagnóstico que permita distinguir uma verdadeira disforia de género, de um distúrbio profundo a nível psíquico. Segundo J. Gafo é fundamental que o paciente vá assumindo progressivamente o sexo a que vai ser submetido cirurgicamente, durante pelo menos dois anos. A cirurgia por sua vez deve garantir bons resultados do ponto de vista estético e funcional. O acompanhamento médico e psicológico deverá acontecer no mínimo durante 10 a 20 anos. Segundo este mesmo autor, a cirurgia que possa conferir a convicção pessoal do género do paciente transexual, que proporcione uma reabilitação consistente económica e social, sendo bom para a sociedade, deveria continuar-se até que se encontre um tratamento melhor⁷⁷.

No entanto a opção pelo tratamento cirúrgico só deve realizar-se quando forem esgotadas todas as possibilidades de outro tipo de terapia e quando se constata que a situação é irreversível, definitiva e é a única alternativa existente para acomodar a morfologia, na medida do possível à identidade psicológica.

⁷⁵ Cf. CIPRESSA, S., "Il disturbo dell'identità di genere. Aspetti clinici e terapeutici": 25.

⁷⁶ Cf. HOTTOIS, G., "Transexualismo": 366.

⁷⁷ Cf. GAFO, J., "Intersexualidade y transexualidade": 412.

Sem dúvida, as resistências continuam muito fortes na classe médica, nas companhias de seguros, que tendem a considerar este tipo de terapia mais de caráter “estético” e “experimental” do que funcional⁷⁸.

7. Implicações éticas

Neste ponto não trataremos das situações em que as razões para solicitar a cirurgia de mudança de sexo estão ligadas ao mundo da prostituição.

Perante uma criança que nasce com os órgãos sexuais ambíguos, não existem problemas éticos, no que respeita à intervenção médica e cirúrgica, numa busca de um bem maior e um melhor desenvolvimento a nível sexual de acordo com a identidade pessoal do ser humano em questão, mesmo que isso não coincida com o sexo cromossómico e o gonadal. Nestes casos não se discute a legitimidade das ajudas psicológicas, farmacológicas e cirúrgicas, que levam a pessoa à realização dentro do sexo concreto, tanto se trate de reforçar o sexo cromossómico ou gonadal, como o de permitir uma melhor adaptação ao sexo que lhe é atribuído à nascença, porque se considera ser o melhor, onde a pessoa pode desenvolver-se como ser sexuado. O decisivo é a possibilidade de inserção num sexo concreto.

As maiores dificuldades éticas colocam-se nos transexuais adultos, que pedem continuamente a mudança de sexo. Existem situações em que este desejo é superficial, mas noutros casos é extremamente intenso e fracassa toda a terapia psicológica. É frequente que os transexuais tenham tentativas de suicídio⁷⁹.

⁷⁸ Cf. GAFO J., “Intersexualidade y transexualidade”: 412.

⁷⁹ Cf. GAFO J., “Intersexualidade y transexualidade”: 414.

As questões éticas ligadas à prática da terapia transexual prendem-se ao facto de que elas desafiam o conceito da anatomia inata e o destino do género.

O primeiro passo a dar nos trâmites do processo de tratamento e mudança de sexo é o da concretização dos pedidos para ser transexual. Tais requerimentos pressupõem que o género de um indivíduo não pode ser reduzido a um direito genital ou cromossómico de nascimento. De facto, afastarmo-nos da visão que o transexualismo é mais que um distúrbio psicológico é reconhecer não apenas a separabilidade de identidade psíquica e sexo biológico mas também alguns aspetos do género que estão sujeitos a uma escolha.

Mesmo que um indivíduo reconheça que o género não é reduzível a um traço único, não se assume automaticamente que a terapia transexual, as suas cirurgias e os tratamentos hormonais vitalícios são eticamente adequados. Se a identidade de género não for reduzida às características biológicas, é possível discutir-se dentro da tradição da lei natural, que a terapia transexual serve um bem moral importante na medida em que protege a saúde psíquica⁸⁰.

Outro argumento lícito diz respeito aos critérios da decisão médica, que se baseiam apenas na perceção interna que o paciente tem da sua identidade sexual. Não se tratando de uma patologia, nem a medicina nem a sociedade devem dar sequência a todas as extravagâncias individuais. O tratamento médico-cirúrgico é extremamente pesado, mutilador e irreversível, e não pode ser considerado terapêutico, na medida em que é incapaz de dar ao transexual mais do que a mera aparência do outro sexo.

Este problema da construção da identidade pessoal coloca questões de ordem filosófica e ética, no que se refere ao controlo e aos limites de utilização

⁸⁰ Cf. MURPHY, T., “Gender identity and gender-identity disorders”: 904.

de técnicas biomédicas, entendendo-se que o alcance terapêutico da medicina é ainda mais transgredido na medicina do conforto ou de conveniência, da estética, da desportiva e do rendimento⁸¹. Coloca também questões sobre a identidade sexual, que é ao mesmo tempo uma realidade física, genética e fisiológica, mas também simbólica, psicológica, comportamental, jurídica e social⁸².

A ética médica, colocada perante a oblação de órgãos sãos, também levanta sérias reservas, dado que, em princípio, o médico não deverá compactuar com as psicopatologias nesta ou outras situações. Demasiadas vezes os pedidos de operação dizem respeito apenas a questões estéticas, tal como acontece com outros órgãos: nariz, face, pênis, vagina, seios. Envolvidos numa sociedade de consumo, a saúde é mais um dos bens a consumir e a imitar, sobretudo por pacientes do foro psiquiátrico, necessitando apenas de tratamento a este nível⁸³.

Na terapia cirúrgica do transexual, apesar de existir a mutilação de órgãos sãos, esta pode ser justificada eticamente pelo princípio da totalidade, como sendo uma ação necessária para superar a angústia e a tragédia de quem vive em conflito permanente entre a sua identidade sexual física e a identidade sexual psíquica. Neste ponto, este princípio afirma que uma parte do organismo, mesmo que seja sã e importante, pode ser sacrificada quando o exija com certeza e sem alternativas de salvação de todo o ser⁸⁴. Embora este tipo de intervenção, não possa dar uma autêntica mudança de sexo fisiológico, procura minorar o drama pessoal, através das transformações aparentes e artificiais que, nesta situação, são de suma importância para as pessoas afetadas. Esta

⁸¹ Cf. HOTTOIS, G., “Transexualismo”, in AAVV, *Dicionário da bioética*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 366-367: 366.

⁸² Cf. HOTTOIS, G., “Transexualismo”: 367.

⁸³ Cf. MLHEIRO, J., “Transexualidade e mudança de sexo”: 59.

⁸⁴ Cf. AZPITARTE, E., “Estados intersexuales y cambio de sexo aspectos éticos”: 139.

intervenção cirúrgica só poderá ser eticamente lícita, quando acarreta uma valorização diagnóstica e estrutural da personalidade, para aquela pessoa que será intervencionada⁸⁵.

J. Gafo, citando Pio XII, afirma que aquilo que vai beneficiar todo o corpo tem o direito de sacrificar um órgão particular, se a sua conservação ou funcionamento ocasiona um dano notável ao todo⁸⁶.

A teologia moral católica tem tratado muito pouco este tema. Não existe nenhuma posição oficial da Igreja. Tradicionalmente, a teologia considerou imoral a mudança de sexo, visto que os dados biológicos registam o destino dado ao ser humano por natureza, para viver como mulher ou como homem. É um dado que deve ser respeitado, mesmo que o tratamento psicoterapêutico ou farmacológico não proporcionem melhorias significativas. A identidade sexual é a que revela a corporalidade da pessoa, é a manifestação originária, decisiva e indispensável ao próprio homem e à própria mulher. O corpo não é uma realidade sem valor, mas contribui de modo originário e essencial na integração da pessoa⁸⁷.

Os autores que mantêm este ponto de vista, não aceitam a cirurgia que transforma o corpo no sentido de fazer uma adaptação ao desejo psicológico. Afirmando ser uma mutilação não terapêutica, já que amputam órgãos sãos, para além disso, é um tipo de cirurgia que apresenta grandes limitações, no que concerne ao seu objetivo, ou seja na adequação do sexo anatómico com o sexo psíquico. Aqui, fica apenas em aberto o tratamento psicológico, porque a

⁸⁵ Cf. AZPITARTE, E., “Estados intersexuales y cambio de sexo aspectos éticos”: 140.

⁸⁶ Cf. GAFO, J., “Intersexualidade y transexualidade”: 114.

⁸⁷ Cf. COZZOLI, M., “Sexo (mudança de)”: 1016.

liberdade e o domínio da pessoa sobre o corpo estão limitados, pelo respeito e fidelidade ao facto de ter nascido homem ou mulher⁸⁸.

Um dos procedimentos éticos importantes e fundamentais em qualquer cirurgia diz respeito ao consentimento informado. O paciente, no caso de maior idade, ou o responsável legal pela criança, tem o direito de saber, antes de iniciar a intervenção médica, tudo o que irá passar, os efeitos secundários dos tratamentos endócrinos e cirúrgico, assim como os riscos que corre e as probabilidades de êxito dessa terapia. O transexual deverá ser informado que os órgãos reconstituídos, nunca exercerão a verdadeira função no sentido da fecundidade, existirá uma infertilidade permanente. No caso do transexual mulher-homem, existe a possibilidade de preservar os órgãos sexuais internos femininos, para salvaguardar a possibilidade de um dia mais tarde exercer a maternidade. Aqui levanta-se uma série de problemas éticos, difíceis de responder; fica apenas a questão se será ético manipular o corpo tendo em conta apenas o desejo pontual de ser mãe possuindo uma identidade de género do tipo masculino.

Um aspeto a salientar diz respeito às implicações legais e sociais que a terapia transexual transporta consigo. No âmbito destas, pode-se salientar o direito ao casamento, direitos legais de ser reconhecido como membro do género escolhido e outras.

Sob o ponto de vista legal, a

“Recomendação 1117 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, de 29 de Julho de 1989, preconiza nos Estados membros a necessidade de reconhecer aos transexuais o direito de “mudar de sexo”. Em Portugal, o grupo de trabalho da Ordem dos Médicos (1995) recomenda que a cirurgia seja precedida, para

⁸⁸ Cf. GAFO, J., “Intersexualidade y transexualidade”: 413.

além do diagnóstico subscrito, pelo menos por dois psiquiatras, de um parecer obrigatório de uma comissão ad hoc, constituída por endocrinologistas, sexólogos, cirurgiões plásticos e juristas, de reconhecida competência na matéria, e que o candidato seja maior, civilmente capaz e não casado”⁸⁹.

Atualmente em Portugal a mudança de sexo está preconizada na Lei n.º 7/2011 de 15 de Março, que afirma ser possível o procedimento de mudança de sexo no registo civil e correspondente alteração de nome próprio, sendo este procedimento de natureza secreta⁹⁰. Para que tal aconteça basta ser uma pessoa de nacionalidade portuguesa, maior de idade, que não possua anomalias a nível psíquico e com diagnóstico de perturbação de género⁹¹.

Este pedido poderá ser realizado em qualquer conservatória do registo civil, perante a apresentação dos seguintes documentos: número de identificação civil e do nome próprio pelo qual o requerente pretende vir a ser identificado, podendo, desde logo, ser solicitado a realização de novo assento de nascimento e um relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por uma equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica em estabelecimento de saúde pública ou privado, nacional ou estrangeiro. Este relatório deve ser subscrito pelo menos por um médico e um psicólogo⁹². No prazo de oito dias o conservador deverá dar o seu parecer favorável ou desfavorável, tendo em conta os requisitos anteriormente descritos⁹³. Se existirem filhos ou se a pessoa em

⁸⁹ MILHEIRO J., “Transexualidade e mudança de sexo”: 59.

⁹⁰ Cf. Art.1 da Lei n.º 7/2011, 15 de Março in Diário da República – I Serie, n.º 52, (2011), 1450.

⁹¹ Cf. Art. 2 da Lei n.º 7/2011, 15 de Março in Diário da República – I Serie, n.º 52, (2011), 1450.

⁹² Cf. Art. 3 da Lei n.º 7 / 2011, 15 de Março in Diário da República – I Serie, n.º 52, (2011), 1450.

⁹³ Cf. Art. 4 da Lei n.º 7 / 2011, 15 de Março in Diário da República – I Serie, n.º 52, (2011), 1450.

causa viver com um parceiro é necessário um assentimento através de um requerimento destes, devidamente autenticado⁹⁴.

Perante aprovação desta lei poderão surgir novos desafios éticos, partindo do princípio que agora, um transexual poderá requerer mais facilmente a sua mudança de identidade. Uma das questões que se pode colocar no caso das pessoas que pretendem mudar de sexo que vivem com parceiros, casadas ou não e com filhos, mesmo tendo o consentimento dos filhos e do parceiro, como obriga a lei, é: será ética esta mudança de género perante os compromissos assumidos anteriormente e supostamente de uma maneira livre? O pai ou esposo, a partir de determinado momento deixa de ter a configuração masculina e passa a ter uma configuração feminina. O género também possui uma dimensão simbólica, nesta situação o simbólico existente deixa de ser relevante, para surgir uma nova figura a nível estrutural no que diz respeito à dimensão física, que será completamente diferente da primeira, exceto no facto de ser pessoa, com a mesma dignidade, personalidade que anteriormente possuía.

Como definir esta relação de paridade para com o parceiro e de paternidade anteriormente assumidas? Esta problemática é idêntica para o caso do transexual mulher homem, que deixa a sua configuração feminina para assumir o aspeto masculino.

⁹⁴ Cf. Art. 69 da Lei nº 7 / 2011, 15 de Março in Diário da República – I Serie, nº 52, (2011), 1450.

TERCEIRO CAPÍTULO

ANÁLISE CRÍTICA DA UNIDADE LETIVA

SOBRE “O AMOR HUMANO”

E

PROPOSTA DIDÁTICA DA LECIONAÇÃO DO TEMA

DA TRANSEXUALIDADE

1. Análise crítica das competências e da sua operacionalização

Esta abordagem é feita tendo por base o programa de EMRC, do 8º ano de escolaridade.

Em termos curriculares, a Unidade Letiva sobre “O Amor Humano” é pertinente nesta faixa etária, visto os adolescentes estarem numa idade de rápido desenvolvimento a nível: psicológico, fisiológico, emocional, moral e social.

No que concerne às nove competências relativas a esta Unidade Letiva, apresentadas no primeiro capítulo deste estudo, a primeira advertência vai para a sua formulação e amplitude. Qualquer uma destas competências poderia ser trabalhada através de outros conteúdos. Existem outras competências específicas, que estão mais de acordo com os conteúdos propostos para a leção desta Unidade Letiva.

Numa análise pormenorizada de cada uma delas verifica-se que não existe nenhuma diretamente relacionada com o amor humano, nem com a sexualidade nas suas diferentes dimensões: biológica, social, cultural e afetiva, nem com a identidade sexual e de género, noções fundamentais para a

compreensão do ser humano na sua totalidade: aceitação do corpo e a representatividade do ser masculino ou feminino a nível social, cultural, o amor como fruto das relações interpessoais, numa perspetiva de construção pessoal e de aceitação do diferente, com espírito crítico, tomando consciência do seu processo de crescimento e compreendendo as diferenças existentes entre os sexos masculino e feminino.

Outro aspeto a salientar diz respeito à redação da própria competência. Esta deve ser constituída pelas três áreas do saber: saber a nível cognitivo; o saber fazer a nível do procedimento, aplicação dos conhecimentos perante outras situações; o saber ser a nível atitudinal, agir em conformidade com os valores interiorizados, a partir de uma atitude crítica, responsável e livre. Ao analisar cada uma destas competências verifica-se que não respeitam estas três dimensões, valorizando na maior parte das vezes uma só dimensão a do saber, ou a do saber fazer, ou a do saber ser.

Na escolha das nove competências específicas, propostas para esta Unidade Letiva, e a operacionalização das mesmas, existe uma preocupação exclusiva em orientar o amor humano apenas para a dimensão da fecundidade, no sentido reprodutivo, descurando a dimensão relacional, a abertura e a doação ao outro, numa entrega gratuita, que não passa necessariamente pela reprodução humana, mas não deixa de ser tão fecunda como aquela que é geradora de filhos.

É de notar que na operacionalização das competências existe uma tentativa de objetivar a competência; no entanto, o que acontece nalguns casos é a redução da competência tornando-a mais limitada, como se pode verificar: “interpretar produções culturais sobre o amor (comp. 5); organizar um universo coerente de valores sobre a fecundidade e o amor humano (comp 4 e 9);

relacionar os dados das ciências sobre o planejamento familiar com interpretação cristã da realidade (comp. 7); propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores, relacionadas com o planejamento familiar (comp. 11); organizar um universo de valores fundado na liberdade responsável de cada pessoa e na dignidade humana (comp. 1 e 9); interpretar textos bíblicos sobre o valor da fecundidade do amor, reconhecendo as suas implicações na prática da vida quotidiana (comp. 23 e 24); mobilizar os valores da liberdade responsável do amor e do respeito para a orientação do compromisso sexual em situações do quotidiano (comp. 9 e 10)⁹⁵. A operacionalização da competência número 5 acaba por lhe retirar a dimensão ética e a perspectiva religiosa; a operacionalização da competência 4 e 9 faz uma alusão aos valores da fecundidade e do amor humano, mas omite os valores éticos da própria sexualidade em si, da pessoa humana como ser sexuado; a operacionalização da competência 7 no relacionamento das ciências sobre o planejamento familiar com interpretação cristã da realidade, acaba por enviesar a competência em direção ao objetivo pretendido ou; seja a abordagem dos métodos anticoncepcionais e assim sucessivamente nas restantes operacionalizações.

Na operacionalização das competências⁹⁶ também não se verifica o cuidado de contemplar as três áreas do saber: o saber, o saber fazer e o saber ser.

⁹⁵ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:104.

⁹⁶ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:104.

2. Observação crítica dos conteúdos apresentados pelo programa de Educação Moral Religiosa Católica e pelo manual do professor e do aluno

Um aspeto a salientar é a discordância entre os dois documentos, no que se refere aos conteúdos. Todas as temáticas abordadas no manual do aluno e do professor, deveriam vigorar no respetivo programa da disciplina, mas na realidade o encadeamento das diferentes matérias e alguns conteúdos, não são coincidentes.

Em termos de lógica interna, o programa da EMRC, no que se refere à “Unidade Letiva sobre O Amor Humano”, não apresenta um fio condutor, nem tão pouco uma conexão entre as operacionalizações das competências e os conteúdos a lecionar em cada módulo.

A sequência na apresentação dos conteúdos foge do princípio da gradualidade, proposto pelo programa⁹⁷, devido aos lapsos e às omissões que existem no encadear das diferentes temáticas. Estas lacunas, na conexão das matérias a lecionar, afetam o processo de ensino-aprendizagem e acabam por enviesar e direcionar a leção da Unidade Letiva exclusivamente para a dimensão matrimonial, procriativa e os métodos anticoncepcionais. Além disso, é de salientar a existência de alguma confusão na apresentação dos conteúdos que assumem formas de recursos.

Como se pode verificar na análise sequencial dos conteúdos, já referidos no primeiro capítulo, no seu primeiro conjunto, verifica-se que faltam uma série de conceitos, que são fundamentais para a sua apreensão e para que estes

⁹⁷ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*: 29.

assumam um caráter escolar. Por exemplo os conceitos de sexualidade, identidade pessoal, de género, de amor e os seus diferentes graus: eros, philia e ágape e o conceito de fecundidade. Outro aspeto a referenciar é a exclusividade da linha procriativa da sexualidade que parece ter por detrás a passagem bíblica do “crescei e multiplicai-vos” (Gn. 1, 28), apresentando um caráter mais catequético do que escolar.

A fecundidade sexual é importantíssima para a sociedade, mas a fertilidade que passa pelo amor humano ultrapassa a dimensão da procriação e da continuação da espécie. Toda a sexualidade assumida e vivida em doação plena, mesmo não passando pela geração de filhos biológicos, é uma sexualidade fecunda que contribui para a construção e bem-estar social e não deixa de ser uma dimensão do amor humano, no seu grau mais elevado, ágape, numa doação plena de si sem esperar nenhuma recompensa, a nível matrimonial nos casais que não podem ter filhos, ou num projeto de vida consagrada e de doação aos outros.

O segundo conjunto de conteúdos abordados pelo programa é o do planeamento familiar, seguido da paternidade/maternidade responsável e dos diferentes métodos anticoncecionais.

Parece ser mais lógico existir uma inversão na ordem da apresentação dos conteúdos começando pelo esclarecimento do conceito família, a sua dimensão cristã introduzindo de seguida a temática da paternidade e da maternidade responsável, os critérios a ter em conta, na escolha do número de filhos e posteriormente apresentar o planeamento familiar, com prévio esclarecimento dos princípios a partir dos quais se deve realizar a opção ou a escolha de cada um dos métodos contraceptivos.

O terceiro conjunto de conteúdos aborda a perspectiva ética da Igreja e é apresentado em termos de redação por alíneas, “a) o respeito pela vida humana, b) abertura à vida; c) o valor da paternidade / maternidade responsável; d) a aprendizagem do controlo do desejo sexual, para que o ato sexual não seja um egoísmo a dois; e) o respeito do Estado pelas decisões do casal (não pode impor medidas de controlo da natalidade sem o consentimento dos casais) f) respeito pelos dois significados do ato sexual: união e procriação; g) discernimento responsável do casal...”⁹⁸. Esta abordagem ética das diferentes temáticas está descontextualizada, assumindo mais carácter pastoral do que escolar. Seria mais lógico realizar esta apresentação na sequência da leção dos seguintes conteúdos: sexualidade, paternidade/maternidade responsável e critérios ou princípios a ter em conta na escolha dos métodos anticoncepcionais.

O quarto conjunto de conteúdos refere-se “à fecundidade como bênção de Deus e os filhos como dádivas de Deus: Sl. 127 (126), 3-5; Sl 128 (127), 3 Jesus veio fundar uma família universal, baseada na aceitação da vontade de Deus que se expressa no amor: Mc. 3, 31-35”⁹⁹. Ao analisar estes dois conteúdos, para além de serem catequéticos, os salmos apresentados fazem um apelo à fecundidade como bênção de Deus, alargando este conceito de família com o texto de Mc. 3, 20-21.31-35. Estes textos bíblicos podem ser utilizados a nível escolar, mas como recurso e não como conteúdo. É mais lógico o conteúdo assumir a seguinte redação: “o amor e a família na Bíblia.”¹⁰⁰

⁹⁸ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:104.

⁹⁹ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação moral e Religiosa Católica*:105.

¹⁰⁰ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar, 8º ano de escolaridade, manual do professor*:11.

O quinto conjunto de conteúdos está relacionado com “*ser responsável, equacionando o significado e as consequências dos próprios atos e opções*”¹⁰¹.

Em termos de redação seria mais pedagógico/escolar o esclarecimento do conceito da liberdade e da responsabilidade e as consequências dos atos irrefletidos.

Não é referenciado em nenhum local as situações fragmentárias da sexualidade geradoras de grande sofrimento interior, levando muitas vezes a comportamentos desviantes, de conflito e autodestrutivos.

Numa apreciação global dos conteúdos apresentados pelo programa de EMRC, nesta Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”, pode dizer-se que a sua formulação afasta-se do saber escolar. Aborda uma série de conceitos novos sem o esclarecimento dos mesmos, não possui uma apresentação alargada da temática, expõe uma visão descontextualizada da sexualidade e direcionada apenas para a fecundação e a procriação.

No que respeita ao manual do aluno e do professor existem conteúdos que não são abordados no programa, e continua a não existir um eixo condutor no que diz respeito aos assuntos apresentados, embora esteja com uma melhor estrutura do que o programa. Os conteúdos escolhidos surgem com a seguinte sequência:

*“o amor e as suas manifestações artísticas; a amizade e o namoro; a sexualidade e abertura à vida; vivência problemática da sexualidade; a família, o planeamento familiar; a paternidade e a maternidade responsáveis; a fecundidade e a adoção; o amor e a família na Bíblia; desafios para uma vivência responsável do amor”*¹⁰².

¹⁰¹ COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*:105.

¹⁰² COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar, 8º ano de escolaridade, manual do professor*:11.

Tendo em conta os assuntos abordados, o manual possivelmente ficaria com um melhor encadeamento se obedecesse à seguinte sequência: o amor e as suas manifestações artísticas; a amizade e o namoro; a sexualidade e abertura à vida; vivência problemática da sexualidade; a família; a paternidade e a maternidade responsáveis; os desafios para a vivência responsável do amor; a fecundidade e a adoção e a finalizar o amor e a família na Bíblia.

Tendo em conta o modo como os conteúdos estão apresentados e a faixa etária dos adolescentes, em que os pares desempenham um papel importante na sua vida e no seu desenvolvimento, seria pertinente introduzir mais alguns temas, tais como o grupo, abordando os diferentes tipos de grupo, as relações interpessoais, a amizade e o namoro, como preparação prévia aos conteúdos do amor; o conceito de sexualidade, de identidade pessoal e de género e a família como comunidade de amor.

Embora alguns destes conteúdos tenham sido abordados noutras unidades letivas, em diferentes anos de escolaridade, é fundamental cimentar estas matérias e alargá-las tendo como base a faixa etária dos adolescentes, a aceitação pessoal e as relações humanas saudáveis, fecundas, verdadeiras, que são o alicerce de um compromisso duradouro e gerador de vida a nível matrimonial ou a nível de um projeto de vida consagrada.

A transexualidade, a temática em estudo neste trabalho, não aparece referenciada em nenhum sítio do programa, apenas o manual do aluno e do professor, faz uma alusão a esta situação de identidade de género, no capítulo da vivência problemática da sexualidade¹⁰³.

¹⁰³ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar, 8º ano de escolaridade, manual do professor*:31.

3.Proposta didática para a Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”

3.1.Competências a serem trabalhadas

Das vinte e seis competências apontadas pelo programa nacional, parecem ser oportunas para a lecionação desta unidade letiva as seguintes: “reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (comp. 1); questionar-se sobre o sentido da realidade (comp. 2); equacionar respostas à questão do sentido da realidade, a partir da visão cristã do mundo (comp. 3); organizar uma visão coerente do mundo (comp. 4); interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos (comp. 6); relacionar os dados das ciências com a interpretação cristã da realidade (comp. 7); relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações, para o agir humano, propostos pela Igreja (comp. 8); organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 9); mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano (comp. 10); propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 11); relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo (comp. 12); reconhecer a relatividade das concepções pessoais, como simples aproximações à verdade (comp. 13); interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes (comp. 23); reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas

práticas de vida quotidiana (comp. 24)¹⁰⁴. Apesar destas competências serem amplas e poderem ser trabalhadas com outros conteúdos, seria um erro separá-las, porque formam um todo e estão direta ou indiretamente relacionadas com o tema do amor e com as temáticas a serem abordadas.

O questionar-se sobre o sentido da vida e da realidade, passa pela compreensão que a pessoa tem de si, dos outros e dos valores humanos e cristãos. O relacionamento humano, o equacionamento de respostas acerca do sentido da realidade, o interpretar criticamente os episódios históricos e factos sociais, o ser capaz de relativizar as conceções pessoais e estar aberto/a à verdade, passa pela dimensão da afetividade e do amor humano. Os princípios da cooperação e da solidariedade tendo origem na capacidade crítica dos fenómenos históricos e sociais, passa pela capacidade de se relacionar e de se associar a outros. A dimensão relacional, a atenção ao outro, a partilha, o dar e dar-se, faz parte do amor humano, este só será fecundo na medida que for construído partindo do alicerce da verdade, que conduz à verdade suprema, ao amor incondicional e transparente, sem disfarces, relativizando as conceções pessoais.

Nesta proposta didática não será apresentada a operacionalização dos conteúdos, visto os conceitos organizadores exercerem uma função de especificação e delimitação das competências, para além de que, ao trabalhar uma determinada temática, desenvolvem-se várias competências em simultâneo e na sua totalidade, sobretudo aquelas que estão relacionadas com o ser da pessoa.

¹⁰⁴ Cf. COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, 31-32.

3.2. Distribuição das competências, conceitos organizadores e conteúdos por domínios

Competências	Conceitos organizadores	Conteúdos por domínios
<p>Números: 10, 11, 12, 13</p>	<p>Os diferentes tipos de grupo e as relações interpessoais.</p>	<p>Cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Definição de grupo; ✓ Características dos grupos abertos e dos grupos fechados; ✓ As relações interpessoais no grupo.
		<p>Procedimental</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Características dos grupos existentes, na escola, no meio e na sociedade; ✓ Diferentes tipos de relações interpessoais existentes no grupo.
		<p>Atitudinal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os valores, que estão na base das relações interpessoais, que constroem um grupo.

<p>Números: 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13</p>	<p>Construção da identidade pessoal.</p>	<p>Cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de identidade da pessoa; ✓ Os diferentes tipos de relações entre pares: amizade e namoro.
		<p>Procedimental</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Características dos diferentes tipos das relações-interpessoais na amizade e no namoro.
		<p>Atitudinal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O compromisso e a fidelidade nas relações de amizade e no namoro.
<p>Números: 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13</p>	<p>Problemas na construção da identidade pessoal e de género.</p>	<p>Cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de identidade sexual e de género; ✓ As diversas perturbações de identidade de género: homossexualidade, transexualidade, bissexualidade.
		<p>Procedimental</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Características da: <ul style="list-style-type: none"> ○ homossexualidade ○ transexualidade ○ bissexualidade
		<p>Atitudinal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacidade de aceitação, respeito e tolerância perante as perturbações de identidade de género.

<p>Números: 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24</p>	<p>As diversas dimensões do amor.</p>	<p>Cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As características do amor: <i>eros</i>, <i>philia</i> e <i>ágape</i>. <hr/> <p>Procedimental</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os graus do amor: <i>eros</i>, <i>philia</i> e <i>ágape</i>. <hr/> <p>Atitudinal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Vivência positiva do amor - <i>eros</i>, amor-<i>philia</i> e o amor-<i>ágape</i>.
<p>Números: 1, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13</p>	<p>A família como comunidade de amor.</p>	<p>Cognitivo</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceito de família no sentido cristão; ✓ As diferentes formas de viver o amor: matrimónio / vida consagrada. <hr/> <p>Procedimental</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Características da família como comunidade de amor; ✓ Os diferentes tipos de família e diversas maneiras de viver o amor. <hr/> <p>Atitudinal</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A vida matrimonial como sinal do amor esponsal entre Deus e a humanidade; ✓ O valor dos compromissos definitivos nas relações de amor.

Números: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13	A paternidade e a maternidade responsáveis e o amor conjugal.	Cognitivo <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceitos de paternidade e maternidade responsável; ✓ Controlo da natalidade, os métodos anticoncepcionais, vantagens e desvantagens.
		Procedimental <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os critérios sociais, técnicos e éticos na escolha do número de filhos e na escolha dos métodos anticoncepcionais.
		Atitudinal <ul style="list-style-type: none"> ✓ Atitudes de discernimento e responsabilidade nas decisões familiares em relação aos filhos.

Partindo do conceito de grupo e das relações interpessoais, apresenta-se a construção da identidade pessoal, as relações de amizade e namoro. Seguem-se as problemáticas e desvios inerentes à estruturação da identidade sexual e de género, focando essencialmente a homossexualidade, a transexualidade e a bissexualidade. De seguida abordam-se as diferentes dimensões do amor e a sua importância na vida de cada pessoa; o conceito de matrimónio como comunidade de amor, numa relação de paridade, responsabilidade, intimidade e aberto à vida; a família como comunidade de amor, que pode ser vivido de diferente forma e a importância dos compromissos definitivos e estáveis. A finalizar a paternidade e a maternidade responsáveis com a abordagem do

controle da natalidade, dos diferentes métodos anticoncepcionais, vantagens e desvantagens e os critérios a ter em conta na hora de decidir o número de filhos e os métodos anticoncepcionais a utilizar.

4. Planificação do tema da transexualidade

Previamente à planificação desta temática é fundamental ter em conta a idade dos adolescentes, os problemas que estão a enfrentar a nível sexual, se existe alguma situação destas, dentro da turma e ter consciência que sendo um tema fraturante, deverá ser tratado com cautela, para evitar danos e poder ajudar cada um dos destinatários da ação educativa, levando-os a uma maior identificação pessoal e social. Para que isto aconteça, exige-se da parte do docente um conhecimento bastante aprofundado da turma e de cada um dos alunos.

Se existir algum caso de transexualidade nalgum dos adolescentes será fundamental que esta abordagem nas aulas seja feita com uma preparação prévia e um acompanhamento personalizado da pessoa em questão, no sentido de o ajudar a gerir possíveis conflitos que possa estar a enfrentar e por sua vez desenvolver na turma um espírito de tolerância, aceitação e respeito pelo diferente. O docente nunca poderá esquecer que deve manter sempre o anonimato do aluno afetado e agir de forma que este nunca se sinta constrangido perante a exposição da temática. Outro aspeto que o professor deve ter em conta é que estes casos devem ser trabalhados em simultâneo com os encarregados de educação no sentido de um maior apoio, para além das aulas e uma ajuda na gestão dos conflitos internos. Se necessário, socorrer-se do

apoio de um técnico especializado, a nível da psicologia, a nível psiquiátrico ou a nível da sexologia.

4.1. Competências a serem trabalhadas

As competências apontadas para a lecionação deste conteúdo são várias, no entanto não se pretende atingi-las na sua totalidade através desta temática, mas contribuir para a construção de cada uma delas, de modo que, cada aluno vá crescendo em sentido crítico, no respeito e seja capaz de atuar segundo critérios éticos e morais perante as situações fraturantes e por vezes marginalizantes entre os próprios pares.

As competências são as seguintes: reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (comp. 1); questionar-se sobre o sentido da realidade (comp. 2); interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos (comp. 6); relacionar os dados das ciências com a interpretação cristã da realidade (comp. 7); relacionar o fundamento religioso da moral cristã com os princípios, valores e orientações, para o agir humano, propostos pela Igreja (comp. 8); organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 9); mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano (comp. 10); propor soluções fundamentadas para situações de conflito de valores morais a partir de um quadro de interpretação ética, humanista e cristã (comp. 11); relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo (comp. 12); reconhecer a relatividade das conceções pessoais, como simples aproximações à verdade (comp. 13).

4.2. Planificação do tema da transexualidade

Educação Moral Religiosa Católica / Unidade Letiva sobre “O Amor Humano”				
Aula nº 1				
Conceito organizador	Conteúdos	Estratégias	Recursos	Tempo
Problemas na construção da identidade pessoal e de género	As diversas perturbações da identidade sexual: homossexualidade transexualidade bissexualidade	Chuva de ideias sobre a distinção de: homossexualidade transexualidade bissexualidade	Quadro	15'
		Síntese do conceito de cada uma destas perturbações, feita pelo professor com o apoio de uma montagem de slides previamente preparada	Slides	15'
		Diálogo sobre situações concretas a partir de notícias de jornal, de revistas ou outros...	Notícias do jornal ou revistas	15'

Aula nº 2

Conceito organizador	Conteúdos	Estratégias	Recursos	Tempo
Problemas na construção da identidade pessoal e de género – “ser transexual”	O transexual uma pessoa diferente: - definição, - distinção entre transexual, travesti e homossexual	Apresentação do vídeo: “transexualidade – parte I”	Vídeo	10’
		Debate sobre a temática		25’
		Síntese em montagem de slides das características dos transexuais e distinção entre travesti e homossexual	Montagem	10’

Aula nº 3

Conceito organizador	Conteúdos	Estratégias	Recursos	Tempo
Transexualidade “tenho um amigo transexual”	Capacidade de aceitação, compreensão, respeito e tolerância para com os transexuais.	Motivação para o tema: cada aluno vai imaginar que tem um amigo transexual e vai escrever uma carta de apoio e aconselhamento	Caderno	10'
		Leitura da carta para a turma.	Folha de papel	25'
		Síntese das atitudes a ter perante um transexual	Quadro	10'

Na planificação sobre a lecionação da transexualidade na unidade letiva do amor humano, foram-lhe atribuídas 3 aulas de 45 minutos. No concreto, esta situação seria impossível enquadrar dentro de uma planificação anual, mas se na escola, ou na turma, existir suspeita de algum problema de identidade de género seria de toda a conveniência dedicar este número de aulas à temática ou realizar um ciclo de formações suplementares às aulas semanais, em que os

alunos pudessem participar e desenvolver as competências necessárias para saberem relacionar-se com este tipo de situações. Embora estes casos sejam tratados com toda a descrição, geralmente é do conhecimento dos pares e por vezes as reações não são as melhores, desde a marginalização aos comentários menos construtivos, que não ajudam o adolescente a enfrentar o seu conflito interior e afirmar-se como pessoa, digno de respeito e aceitação pelo outro.

Conclusão

Após a elaboração deste trabalho sobre “o tema da transexualidade na leção da unidade letiva do amor humano”, pode-se concluir que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, lecionada em contexto escolar, contribui de uma forma bastante positiva para o desenvolvimento das competências gerais a partir das suas competências específicas, tendo em conta os cinco domínios da aprendizagem: cultura e visão cristã, ética e moral, religião e experiência religiosa, cultura bíblica, património e arte cristã.

A partir de uma epistemologia própria contribui para o desenvolvimento integral do aluno, através da interdisciplinaridade com os outros saberes. É um serviço que a Igreja presta à escola, numa linha de colaboração, contribuindo assim para a formação da consciência, do espírito crítico e da liberdade dos educandos.

A Unidade Letiva do “Amor Humano”, que faz parte do currículo do 8º ano de escolaridade, é um tema pertinente devido ao facto de ir ao encontro das necessidades dos adolescentes, que estando na idade do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, confrontam-se com o despertar da sexualidade, com a descoberta da sua própria orientação sexual e em simultâneo com o

despoletar do amor, com as relações interpessoais de amizade e de namoro e muitas vezes a iniciação da vida sexual ativa. A planificação e o desenvolvimento deste conteúdo pode contribuir positivamente para a gestão dos conflitos internos e o desenvolvimento harmonioso do adolescente.

O amor humano é por si só produtor de cultura. Cada pessoa está chamada a sair de si para ir ao encontro do outro, estabelecendo um universo de relações humanas, que não se limitam a um microcosmos, mas abrem-se a um macrocosmos do tamanho do universo, que se manifesta na abertura ao outro, dando-se completamente, sem esperar nada em troca. Todos os seres humanos estão chamados ao amor, a amar e a serem amados, apesar das suas limitações físicas e psicológicas.

A sexualidade, sendo uma realidade que acompanha a pessoa desde o ventre materno até à morte, é composta de várias dimensões: biológica, psicológica, social e espiritual, que determinam a maneira de ser, de estar e se relacionar, é assume-se como um fator determinante nas relações amorosas.

É na adolescência que a maturidade biológica é atingida, acompanhada com as grandes transformações, não só a nível físico, mas também a nível psicológico e comportamental e por vezes com a revelação de condutas desviantes, relacionadas com a orientação sexual e as perturbações de género.

A transexualidade sendo um transtorno da identidade de género de carácter permanente, manifesta-se desde muito cedo, no entanto poderá agravar-se no período da adolescência devido ao desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários.

Esta problemática, da disforia de género, levanta diversos problemas ao nível ético, desde o diagnóstico até ao processo de tratamento. Apesar das

divergências no que respeita a nível de tratamento, existe um princípio fundamental a ter em conta, que é o equilíbrio psicológico, emocional e afetivo do portador desta anomalia. O tratamento cirúrgico pode ser justificado através do princípio da totalidade que aceita mutilar órgãos sãos, no sentido de salvaguardar a integridade pessoal, que de outra maneira não é possível fazê-lo. A acompanhar este processo de mudança de sexo existem os trâmites jurídico e legais, contemplados atualmente pela lei portuguesa.

A lecionação do tema da transexualidade na Unidade Letiva sobre "O Amor Humano" é difícil enquadrá-la tal como o programa de EMRC apresenta esta temática. No entanto perante uma reformulação de toda a unidade letiva, partindo dos temas abordados e lacunas existentes é possível enquadrar este conteúdo, que é pertinente e ao mesmo tempo atual, que merece toda a atenção de um docente de EMRC.

A abordagem ao tema da transexualidade deve ser acompanhada com a precaução que este assunto merece, devido ao seu carácter, que poderá ser segregador, entre pares, que porventura possam sofrer desta anomalia.

Ao finalizar este trabalho, ficam em aberto muitas questões no que se refere a esta temática, devido ao facto de existir pouca reflexão elaborada a partir das diferentes vertentes do saber: científico, ético, moral e social.

A nível científico existem alguns progressos, no sentido de procurar as causas desta dissociação entre o físico e o psíquico ao nível da sexualidade e no sentido de minorar o sofrimento interno das pessoas afetadas com esta anomalia. É um trabalho que envolve vários ramos da medicina, como a endocrinologia, a psiquiatria, a sexologia, a cirurgia, a urologia, e também a psicologia, a antropologia, a sociologia, o direito, a ética e a moral.

A nível do Magistério da Igreja existe pouca reflexão acerca da transexualidade. No entanto, seria fundamental uma sistematização do pensamento da Igreja acerca deste conteúdo, atendendo aos avanços que se estão a realizar noutras vertentes do saber, e por existirem grandes problemas éticos e morais diretamente relacionados não só com o conflito interno dos pacientes, mas também com os processos de tratamento e legalização a nível jurídico.

Bibliografia

JOÃO PAULO II, *Familiaris consortio*, libreria editrice vaticana, Roma, 1981.

JOÃO PAULO II, *Exortação apostólica *vita consecrata**, libreria editrice vaticana, Roma, 1996.

CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*, SNEC, Lisboa, 2006.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, *Directório Geral da Catequese*, SNEC, Lisboa, 2007.

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, SNEC, Lisboa, 2007.

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ, *Livres para amar, 8º ano de escolaridade, manual do professor*, FSNEC, Moscavide, 2011.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, “Orientações Educativas Sobre o Amor Humano” (1983) in AAVV *A Família Futuro da Humanidade*, Rei do Livros, Lisboa, 1994.

Lei 60 / 2009, de 6 de Agosto, in DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Serie, nº 151 (2009), 5097.

Portaria 196-A/2010, de 9 de Abril, in DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Serie, nº 69 (2010), 1170-2.

Lei nº 7/2011, 15 de Março in Diário da República – I Serie, nº 52, (2011), 1450.

ARÁN, M., A “transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo – género”, in: *Agora* V IX 1 Janeiro / Junho, (2006) 49-53. <http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n1/a04v9n1.pdf> (consultado a 7 / 01 / 2012).

ALMEIDA, C., TEIXEIRA, C., “Do eros ao ágape: o amor como vivência máxima da sexualidade” in AAVV *Sexualidade e educação para a felicidade*, Publicações Faculdade de Filosofia, UCP, Braga, 2010: pp 81-90.

AZPITARTE, E., “estados intersexuales y cambio de sexo aspectos éticos”, in *Proyeccion* 38 (1991) 131-141.

BENVENGA, S., CANNAVO, S., TRIMARCHI, F., “Sessuologia – Fondamenti Endocrinologici” in RUSSO, G., *Bioetica Medica per medici e professionisti della sanita*, Elledici, Leumann, 1999, 295-300.

CARVALHO, C., *Guia de educação da sexualidade*, SNEC, Lisboa, 2008.

CIPRESSA, S., “II disturbo dell’identità di genere. Aspetti clinici e terapeutici”, in: *Bio – ethos* 8 (2010), 18-26.

COZZOLI, M., “Sexo (Mudança de)” in AAVV, *Dicionário de Bioética*, Perpétuo Socorro, Vila Nova de Gaia, 2001, 1015-1018.

GAFO, J., “Intersexualidade y transexualidade”, in: *Razon y Fé* 225 (1992), 403-418.

GUILLAMÓN, A., “Las personas transexuales tienen conexiones en su cerebro que concuerdan con el género al que desean pertenecer”, in UNED (Março), 2011, <http://serviweb.uned.es/conversorpdf/index.asp> (consultado em 09/05/2012).

HOTTOIS, G., “Transexualismo”, in AAVV, *Dicionário da Bioética*, Instituto Piaget, Lisboa, 1998, 366-367.

JAMES, C., “A dimensão espiritual e política da cidadania” in <http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1342&Itemid=0#>

MILHEIRO, J., “Transexualidade e mudança de sexo”, in AAVV, *Novos Desafios à Bioética*, Porto Editora, Porto 2001, 57-60.

MURPHY, T., “Gender Identity and Gender-Identity Disorders”, in: REICH, W., *Thomas, Encyclopedia of Bioethics*, Macmillan, New York 1995, 901-907.

PINTO, J., “Sexualidade e pessoa” in AAVV, *Sexualidade e educação para a Felicidade*, Faculdade de Filosofia, UCP, 2010, Braga, 197-228.

ROJAS, E., “El deseo sin amor” in AAVV, *sexualidade e educação para a felicidade*, Publicações Faculdade de Filosofia, UCP, 2010, Braga, 41-47.

ROJAS, E., *Uma teoria da felicidade*, Tenacitas, Coimbra, 2005.

RUSSO, G., “Transsexualismo”, in: RUSSO, G., (*a cura di*), *Bioetica della sessualità*, Elledici, Leumann, 2004, 1706-1708.

RUSSO, G., *Bioetica della sessualità, della vita nascente e pediátrica*, Elledici, Leuman, 1999, 184-223.

RUSSO, G., “Transsexualismo e Rettificazione di sesso” in RUSSO, G., *Bioetica Medica per medici e professionisti della sanita*, Elledici, Leuman, 1999, 310-315.

SOUTO, T., “A formação da identidade sexual” in SOUTO, T., *Educação da sexualidade na escola, casa do professor*, Braga, 2006, pp 26-36.

SOARES, I., “O grupo de pares e amizade” in CAMPOS, B., *Psicologia do Desenvolvimento e Educação de Jovens*, Universidade Aberta, Lisboa, 1990.

TAVARES, J., ALARCÃO, I., *Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem*, Almedina, Coimbra, 1992.

VIDAL, M., *Dicionário de Moral*, Perpétuo Socorro, Porto, 1991.

VIDAL, M., *Moral de Atitudes II, ética de la persona*, PS – Editorial, Madrid, 1977.

WILLAIME, J., “Escola pública e religiões na Europa de hoje”, in *Communio* 23/4 (2006), 403-410.